

HT-123



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras

Departamento de História

**CONFLITOS NO SECTOR PESQUEIRO
DE
VILANCULOS**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura do **Curso de História** da Universidade Eduardo Mondlane

Dóris Lena Elvira Vasco Uane

HT-123

Maputo, 2002

**CONFLITOS NO SECTOR PESQUEIRO
DE
VILANCULOS**

*Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para
obtenção do grau de licenciatura em **História** da Univesidade Eduardo Mondlane
por*

Dóris Lena Elvira Vasco Uane

Departamento de História

Faculdade de Letras

Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: *Prof. Doutor Gerhard Liesegang*

Maputo, 2002

O Júri

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

Data

J. W. Hedges

Gerhard Liesegang

Thulle

13/12/02

04

*639.2(679)
U11c*

F. LETRAS U. E. M.	
R. E.	<i>29250</i>
DATA	<i>17 Dezembro 02</i>
AQUIÇÃO	<i>aberta</i>
COTA	<i>HT=123.03</i>

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para a obtenção de qualquer grau e ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei

DEDICATÓRIA

Á memória do meu saudoso e querido pai, Vasco Uane

Á memória do meu Filho Nédio Vasco Saúl

Á minha mãe Maria Elvira,

Aos meus irmãos,

Ao meu noivo.

AGRADECIMENTOS

A todos que tornaram possível este trabalho, em especial:

Ao Prof. Doutor Gerhard Liesegang, meu supervisor, pela paciência, rigor e zelo com que me orientou.

Ao meu pai Vasco Uane, que em vida deu todo o seu apoio moral e material.

À minha mãe Maria Elvira Uane, que me acompanhou em todos os momentos do trabalho.

Aos meus irmãos Celso Nelo, Éder Célio e Dione Uane, que apesar de mais novos encorajaram-me a realizar o trabalho.

Ao meu noivo, Alfredo Saúl, que durante a elaboração do trabalho deu a sua força e amor e grande apoio na correcção e em vários aspectos.

Aos meus amigos, Álvaro Guimarães e em especial ao Johane Zonjo pelo tempo e pela atenção dispensada.

À minha coordenadora Cláudia Futterknecht, pela atenção e pelo tempo que me deu para as deslocações.

À todos entrevistados que tornaram possível este trabalho.

Ao Parque Nacional do Bazaruto, que ofereceu todo o seu apoio em material, pessoal e transporte.

Ao Bazaruto Lodge pela acomodação e transporte.

Lista de Abreviaturas

ANAVIL – Associação dos Naturais e Amigos de Vilanulos

APV– Associação dos Pescadores de Vilanculos

BCM – Banco Comercial de Moçambique

DDAP – Direcção Distrital de Agricultura e Pesca

DELMAR –Delegação Marítima

FFP – Fundo do Fomento Pesqueiro

GTA – Grupo de Trabalho Ambiental

PNB– Parque Nacional de Bazaruto

PV – Pérola de Vilanculos

SSSS – Quatro S

RESUMO

A partir do estudo de caso do Distrito de Vilanculos, procuramos entender quais as causas dos conflitos no sector pesqueiro em Vilanculos, área aonde há uma intervenção de muitos actores, partindo dos pescadores às instituições de tutela do sector pesqueiro.

Verificamos que estes conflitos resultam da pressão populacional aliada aos interesses dos demais intervenientes neste sector onde se confrontam: os pescadores, estâncias turísticas e o Município de Vilanculos; membros da Associação de Pescadores de Vilanculos, pescadores de Vilanculos e Inhassoro, pescadores do PNB e pescadores e autoridades marítimas de Vilanculos; consumidores locais contra turistas e exportadores; pescadores e a Pérola de Vilanculos, pescadores e mergulhadores; e instituições administrativas.

As instituições de co - gestão existentes tais como as autoridades tradicionais, a Associação de Pescadores de Vilanculos e a Delegação Marítima, estão envolvidas na resolução de conflitos mas nenhuma instituição e figura consegue mais do que reduzi-lo até certo ponto.

Devido ao envolvimento destas instituições nos conflitos há falta de facilitadores e a solução passará talvez pelo alargamento da coordenação e co -gestão.

ÍNDICE

CAP.1:INTRODUÇÃO	1
1.1. Hipóteses do Trabalho.....	2
1.2. Sequência e Método de Trabalho.....	2
1.2.1.Primeira Fase.....	2
1.2.2.Segunda Fase.....	3
a) Locais de Estudo.....	4
1.2.3.Terceira Fase.....	5
CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO.....	6
2.1.1. Hidrografia	7
2.1.2. Base Económica de Vilanculos.....	7
2.1.2.1. Pesca.....	7
2.1.3. Breve Quadro Histórico do Distrito de Vilanculos.....	9
2.2. Características Gerais do Distrito de Inhassoro.....	10
2.2.1. Superfície, População, Divisão Administrativa e Limites.....	10
2.2.2.Base Económica	11
2.2.2.1.Pesca.....	11
CAPÍTULO III: O SECTOR PESQUEIRO EM VILANCULOS E INHASSORO.....	12
3.1. Técnicas.....	12
3.2.Estratificação dos Pescadores.....	13
3.2.1.Proprietários ou Patrões.....	13

3.2.2 Pescadores Ganho-ganho- <i>Xikuakwa</i>	14
3.2.3. Pescadores Individuais.....	14
3.2.4. Marinheiros.....	14
3.2.5. Mestres.....	14
CAPÍTULO IV: PRESSÃO SOBRE OS RECURSOS E CONFLITOS.....	15
4.1 Considerações Gerais.....	15
4.2. Causas dos Conflitos no Sector Pesqueiro de Vilanculos.....	17
4.2.1. O Defeso.....	17
4.3. Conflitos no Sector Pesqueiro de Vilanculos.....	17
4.4. Conflitos de Terras da Costa Entre Pescadores/Sector do Turismo Estrangeiro/ Município de Vilanculos.....	22
4.5. Conflitos Entre Membros da APV.....	25
4.6. Conflitos Territoriais Entre os Pescadores de Vilanculos e Inhassoro.....	26
4.7. Conflitos Entre Pescadores do Parque Nacional do Bazaruto (PNB)/Pescadores e Autoridades Marítimas de Vilanculos.....	27
4.8. Conflito Entre Consumidores Locais, Turistas e Exportadores.....	35
4.9. Conflitos Entre Pescadores e a Pérola de Vilanculos.....	36
4.10. Conflitos Entre Pescadores e Mergulhadores.....	37
4.11. Conflitos Administrativos.....	38
4.11.1. Falta de Coordenação Entre a DDAP e DELMAR.....	40
4.11.2. Falta de Coordenação Entre o Município de Vilanculos e Outras Instituições de Tutela.....	42
4.11.3. Diferenças entre a DELMAR - Vilanculos e a DDAP – Inhassoro.....	42

4.12. Conflitos entre Compradores	
4.12.1. Compradores Locais.....	42
4.12.2. Entre Compradores Locais e Externos.....	43

CAP.V.: RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: Considerações Gerais

5.1. Introdução.....	45
5.1. Instituições de Co- Gestão.....	47
5.3.1. Resolução de Conflitos Pelas Estruturas Tradicionais.....	48
5.3.2. Resolução de Conflitos Pelo Secretário e Associação Local de Pescadores.....	50

CAP. IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....52

Bibliografia e Fontes.....55

Anexos:

Mapa 1: Município de Vilanculos

Mapa2: Zona Costeira de Vilanculos e Inhassoro

Mapa 3:Centros de Pesca de Vilanculos e Inhassoro

Mapa 4: Recenseamentos da Pesca Artesanal

CAP. I: INTRODUÇÃO

Os recursos marinhos são uma fonte crucial de rendimento e sobretudo de alimentação para as populações costeiras. Porém, a pressão que lhes é exercida pela população faz com que os mesmos não consigam manter o nível de reprodução necessário. A pressão está ligada à competição pelos recursos e conflitos entre os demais exploradores.

Este trabalho pretende entender e esboçar as causas e lógicas dos conflitos entre os pescadores na gestão dos recursos marinhos no sector pesqueiro de Vilanculos. Poderá eventualmente levar a um melhor conhecimento da situação e influenciar a escolha de processos de gestão mais adequados á situação.

É também objectivo abordar os mecanismos e o funcionamento das comunidades pesqueiras na resolução de conflitos bem como das instituições ligadas ao sector pesqueiro cuja incumbência é velar pelo seu desenvolvimento, sobretudo através da regulamentação que abrange o sector pesqueiro.

O outro objectivo é analisar os factores sócio – económicos ligados à actividade pesqueira, sobretudo no concernerente aos conflitos na região em estudo, focando também o papel do Estado na resolução dos conflitos.

No tocante aos objectivos específico pretende:

- Entender a relação da mobilidade populacional e afluxo ao sector pesqueiro.
- Perceber o papel do pescador na gestão e co-gestão dos recursos pesqueiros.
- Compreender o papel dos pescadores bem como as instituições locais na identificação, resolução e gestão dos seus conflitos.

- Identificar as principais causas da falta de coordenação entre as instituições do Estado ligadas à pesca e às instituições comunitárias no controle da actividade pesqueira em Vilanculos.

1.1. Hipóteses do Trabalho

Antes do trabalho de campo partimos com as seguintes hipóteses:

- É o aumento da mobilidade da populacional no período pós guerra, o que origina uma pressão sobre os recursos naturais e especificamente sobre os recursos marinhos, que está por detrás dos conflitos especificamente na região de Vilanculos.
- Existência de conflitos de interesse associados à ineficiência das instituições ligadas ao sector pesqueiro (incluindo o Estado).

1.2. Sequência e Método do Trabalho

1.2.1. Primeira fase:

Esta fase partiu de uma pesquisa bibliográfica e arquivística sobre o tema em várias bibliotecas e instituições das quais, a Faculdade de Letras da UEM, o Arquivo Histórico de Moçambique, Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Instituto de Investigação Pesqueira, Ministério de Agricultura e Pescas, Centro de Estudos Africanos, FAO e Banco Mundial, de modo a encontrar toda a bibliografia de base necessária para o trabalho.

Elaboramos um primeiro texto sob o tema: "*História da Pesca Artesanal em Vilanculos*" que devia também incluir uma descrição sistemática da pesca em Vilanculos por volta de 1999 e a sua pressão sobre o meio ambiente e os recursos.

No decurso do trabalho de campo ficámos insatisfeitos com o a temática, e, em vez de seguirmos o caminho dos produtos de pesca optamos por estudar os conflitos sobre os recursos. Isto necessitava um outro levantamento de dados numa segunda fase de trabalho.

1.2.2. Segunda fase:

A segunda fase iniciou com a concepção de diferentes questões, como base de recolha de diferentes dados sobre o grupo alvo e o tema em estudo. Se fez uma nova pesquisa bibliográfica e documental na Associação de Amigos e Naturais de Vilanculos (ANAVIL), Associação de Pescadores de Vilanculos , na Delegação Marítima de Vilanculos (DELMAR) e no Parque Nacional de Bazaruto (PNB).

A pesquisa feita serviu para apurar questões relacionadas com (i) caracterização do sector pesqueiro de Vilanculos (ii) a exploração dos recursos pesqueiros em Vilanculos; (iii) relação existente entre as diversas entidades na gestão dos recursos; (iv) mecanismos de controle dos recursos pesqueiros e de gestão dos conflitos.

Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas aos pescadores privados, trabalhadores eventuais e permanentes, mulheres pescadoras e comerciantes ou vendedores de peixe. Para tal usou-se um guião temático de modo a que se conseguisse uma melhor sistematização da pesquisa que facilitou a análise posterior de toda informação recolhida.

Estas entrevistas foram dirigidas também a entidades oficiais ligadas ao Governo Distrital de Vilanculos (1 pessoa), Conselho Municipal de Vilanculos (1 pessoa), e aos intervenientes directos e indirectos do sector pesqueiro, como a Administração Marítima de Inhambane (1 pessoa), Direcção Distrital de Agricultura e Pescas de Vilanculos (1), Departamento de Pescas de Inhambane (1), Pérola de Vilanculos (2), Direcção Distrital de Indústria Comércio e Turismo (1), Administração do Distrito de Inhassoro (1), Direcção Distrital de Agricultura e Pescas de Inhassoro (2), Delegação do Grupo de Trabalho Ambiental (1).

Foram ainda analisados alguns mapas da região costeira de Vilanculos, tanto do Distrito como do Município.

Tiveram também lugar algumas conversas informais com a população do distrito de Vilanculos.

1.2.2.1. Locais de Estudo

Foram locais de estudo os distritos de Vilanculos e de Inhassoro (Sede). No primeiro distrito foi feito um estudo na Vila Sede, nas localidades costeiras e no Cabo de São Sebastião e na ilha de Benguerra. No segundo fez-se o estudo nas zonas costeiras da Sede e na Ilha de Bazaruto.

A realização do trabalho foi difícil devido a ocultação de informação por parte de alguns pescadores bem como por partes de algumas autoridades locais, e por outro lado pela distância que separava a autora do trabalho do seu supervisor, uma vez esta estar a trabalhar no Norte de Inhambane, o que levou ao atraso do trabalho.

Esta fase do trabalho decorreu de 23 de Julho de 1999 a 30 de Agosto de 1999.

1.2.3. Terceira fase

A terceira fase que foi a de elaboração do trabalho. Esta foi a mais demorada, pois em 1999 obtivemos emprego em Vilanculos na supervisão de uma unidade (Unidade de Poupanças) em todos os distritos do Norte de Inhambane (Vilanculos, Inhassoro, Mabote e Govuro). Não houve muito tempo para acabar o estudo e redigir o texto da tese como seria de desejar. Por isso a redacção do trabalho só ficou pronta em 2002.

1.2.4. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está dividido em seis capítulos. Inicia com a introdução que dispensa de revisão de literatura a qual aparece nos capítulos V sobre a resolução de conflitos. O Capítulo I faz ao trabalho, o Capítulo II, faz a caracterização da área em estudo. Está também caracterizado o Distrito de Inhassoro como forma de se dar uma breve pintura da área complementar de estudo.

O Capítulo III trata do sector pesqueiro de Vilanculos e Inhassoro e da estratificação social dos grupos de pescadores existentes.

O Capítulo IV fala da pressão existente sobre os recursos pesqueiros e dos demais conflitos que ocorrem. Também aborda brevemente o que ocorre a nível de gestão dos recursos a partir da legislação em vigor, tanto a nível mundial como a nível local. Faz também uma abordagem das causas dos conflitos. Fala ainda da debilidade das instituições estatais ligadas ao sector pesqueiro face aos conflitos existentes.

O Capítulo V fala dos mecanismos de resolução de conflitos aos mais diversos níveis, desde o tradicional ao estatal. Seguem as conclusões no Capítulo VI.

CAP. II: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

2.1. Características Gerais do Distrito de Vilanculos: Superfície, População, Divisão Administrativa e Limites

O Distrito de Vilanculos situa-se a Norte da Província de Inhambane e cobre uma superfície de 5.598Km². Tem cerca de 106.000 habitantes o que representa uma densidade populacional de 19 hab./Km².

O distrito é limitado ao norte pelo Distrito de Inhassoro, a Sul pelo Distrito de Massinga, a Este pelo Oceano Índico e a Oeste pelo Distrito de Mabote.

Administrativamente está dividido em dois Postos Administrativos , nomeadamente Vilanculos, que abrange as localidades de Vilanculos e Quewene, e Mapinhane, abrangendo Mapinhane, Muabsa e Belane. Fazem ainda parte do Distrito duas ilhas do Arquipélago do Bazaruto, nomeadamente Magaruque e Benguérua, com uma superfície de 9Km^s², respectivamente¹.

O Município de Vilanculos abrange a circunscrição da Localidade de Vilanculos, cujos limites são: a sul Chixocane, Norte Macunhe, Oeste Pambarra e Este Oceano Índico. As ilhas de Magaruque e Benguerua não estão incluídas nos limites do Município, uma vez estar ainda em discussão quais as ilhas que passarão a ser pertença da Administração de Vilanculos e quais serão as abrangidas pelo Município².

¹ Vide mapa 1 (no anexo).

² Vide mapa 2.

2.1.1. Hidrografia

A baía de Vilanculos é cortada por diversos canais navegáveis e tem vários fundeadouros. O fundo nesses canais é de areia, lodo e pedra. Os dois canais mais importantes são Chiriguemo e Santa Carolina.

Com abertura ao norte e sul, a baía de Vilanculos dá acesso ao Oceano Índico. O canal de Chiringuemo estende-se ao longo da Ilha de Bazaruto e o canal de Santa Carolina distingue-se pela capacidade de receber navios de grande tonelagem.

Na parte oriental da baía, encontram-se as ilhas de Bazaruto, Benguerua, Bangué, Magaruque e o Cabo de São Sebastião.

2.1.2. Base Económica do Distrito de Vilanculos

As principais actividades económicas de Vilanculos são a pesca e o turismo a pesar de nas zonas do interior se praticar a agricultura de subsistência. Não existem outras actividades industriais de grande vulto a não ser a existência de uma pequena indústria embrionária de extracção de sal exercida por vários intervenientes, um estaleiro naval e de uma serração (já falida)³.

2.1.2.1. Pesca

A pesca que representa uma das principais actividades da região e que poderia ser uma fonte apreciável de riqueza. Desenvolve-se em escala reduzida por falta de instalações de frio que permitam o armazenamento do pescado e posterior exportação. A pesca é praticamente feita em moldes artesanais. Os pescadores estão ainda muito limitados, pois

na sua maioria não tem condições financeiras suficientes para suportarem as despesas relativas á conservação do peixe em frio.

Para ultrapassarem esta situação, os pescadores estão organizado através de uma associação (Associação dos Pescadores de Vilanculos), composta por 30 membros, dirigida por um presidente e assistida por um secretário, uma assistente e um vice-presidente. Esta associação teve anteriormente o apoio do "Sinerga", um projecto italiano que apoiava os pescadores em materiais como barcos fabricados localmente, motores e botas, os quais eram adquiridos por via de um crédito especial, que o pescador ia amortizando em pequenas prestações, durante um ano.

Antes existia o Combinado Pesqueiro que velava pelos pescadores no concernente ao fornecimento de material pesqueiro como cordas, linhas e redes de pesca, bem como a compra do seu pescado. O Combinado Pesqueiro foi privatizado mais tarde e passou a ser "Pérola de Vilanculos", cuja capacidade está a funcionar abaixo dos 50% do Combinado Pesqueiro.

Actualmente, a Pérola de Vilanculos é a intermediária na venda de pescado, uma vez que adquire o pescado aos pescadores desprovidos de sistema de frio e que tenham um contrato permanente com esta mesma empresa.

Até 1998, em Vilanculos estavam recenseados 3182 pescadores, dos quais 1237 eram permanentes e 1945 eram eventuais.

³ GTZ. Relatório de Visita á Província de Inhambane, 1999, pp17.



Neste mesmo período estavam registados em Vilanculos 14 centros de pesca, 12 mercados de venda do pescado, 9 estradas de acesso aos locais de aquisição do pescado e 14 meios de ligação marítima correspondentes aos 14 centros de pesca ⁴.

Estavam também recenseadas 60 canoas, 72 chatas, 109 lanchas, sendo 244 o total de embarcações⁵.

Segundo o censo de 1998, o tipo de pesca predominante em Vilanculos é a pesca o arrasto de praia com 52 chatas, 21 canoas e 60 lanchas, seguida de pesca de emalhe com 5 canoas, 8 chatas e 4 chatas e por último a pesca à linha com 32 canoas, 6 chatas e 43 lanchas em operação⁶.

Para além da pesca, encontramos também como base económica a agricultura, a pecuária, a apicultura, o turismo que bem explorado traria bons rendimentos para o governo distrital.

2.1.3. Breve Quadro Histórico do Distrito de Vilanculos

A palavra **Vilanculos** provém do nome de uma linhagem do grupo *Mhandla* do Norte de Inhambane. *Os Bilankulo devem ser identificados com os Bila do século XVIII, os quais ao marcharem para o Norte de Inhambane desalojaram e substituíram os Tonga da área.*

Presentemente encontra-se também uma outra versão sobre a origem do nome Vilankulo, segundo a qual os Bila depois de uma guerra bastante acesa com Ngungunhana se refugiaram para a região norte de Inhambane, e quando os portugueses chegaram a

⁴ Recenseamento da Pesca Artesanal nos Distritos de Vilanculos e Inhassoro na Província de Inhambane. (1998). IDPPE, Pp.4. Tabela nº1.

⁵ Idem: Pp. 7, tabela nº5.

⁶ Idem: Pp. 9, tabela 6b.

Moçambique, precisamente na região de Chibuenne e perguntaram quem eles eram, estes responderam “*hi bela hi Bila Inkulo*” (viemos da Grande Planície – Bilene – Gaza)⁷.

O grupo étnico predominante no distrito são os Tswa cujo idioma é o Xitswa.

Vilanculos em termos de cronologia administrativa apresenta o seguinte quadro:

- 1901 – 1902 – Constituição do Comando Militar de Vilanculos ao Sul do Paralelo 22
- 1908 – 1912 – Constituição da 1ª Circunscrição de Vilanculos
- 1931 – Criação e anexação dos Postos Administrativos de Mavume e Zimane
- 1942 – Anexação dos postos de Mabote e Funhalouro. Integração da ex-Circunscrição de Mucoque do Governo dos Territórios da Companhia de Moçambique á Circunscrição de Vilanculos.
- 1964 – Instalação da Comissão Municipal.
- 1975 – independência de Moçambique e extinção da Comissão Municipal.
- 1986 – Criação do Distrito de Inhassoro.

2.2.Características Gerais do Distrito de Inhassoro

2.2.1. Superfície, População, Divisão Administrativa e Limites

O Distrito de Inhassoro localiza-se a Norte a Província de Inhambane a cerca de 360 km da capital provincial, Inhambane. Faz fronteira com o Distrito de Govuro a Norte, a Sul encontram-se os Distritos de Funhalouro e Vilanculos, a Este é banhado pelo Oceano Índico e a Oeste encontram-se os Distritos de Mabote e Massinga.

O Distrito de Inhassoro possui uma superfície de 6,299km², dos quais 6,268 são parte do continente compreendendo 3 localidades do Posto Administrativo de Inhassoro, e cerca

⁷ Respeito Njofane, Responsável das Telecomunicações de Vilanculos.

de 30,5 km² na parte insular, distribuídas por Ilha de Bazaruto com 28km² e da Ilha de Santa Carolina com 2,5km². Este distrito localiza-se a cerca de 90 km de Vilanculos.

Inhassoro tornou-se Distrito em 1986, aquando da divisão administrativa, seis anos depois do censo geral da população.

Dados do censo revelam que a população do Distrito de Inhassoro em 1997, era de cerca 123.000 habitantes, sendo a densidade habitacional cerca de 20hab/km². Deste número total de habitantes, 49.100 fazem parte da localidade sede⁸.

2.2.2.Base Económica

2.2.2.1. Pesca

A pesca é uma das mais importantes actividades desenvolvidas no distrito, sobretudo junto do litoral onde se pratica a pesca artesanal, a linha, o arrasto mecânico e o mergulho.

Até 1999 estavam licenciados 131 barcos, dos quais 7 de arrasto mecânico, 71 sem motor, 35 de arrasto manual, 2 de pesca a linha, 1 gamboa, 1 de emalhe, 8 de apanha de holotúrias e 6 de caça submarina⁹.

⁸ Serviços Provinciais de Planeamento Físico. Plano Urbano da Vila de Inhassoro, Pp7.

⁹ Ibid.

CAP. III: O SECTOR PESQUEIRO DE VILANCULOS E INHASSORO

3.1. Técnicas

Em Vilanculos encontramos a prática da pesca artesanal sem embarcação ou com embarcação. Usam embarcações cujo comprimento total não excede os dez metros, propulsionadas a remos, á vela ou por motores fora de bordo ou interiores de pequena potência, utilizando raramente gelo para a conservação do pescado a bordo e fazendo uso de artes de pesca tradicional. Efectuada com carácter local, produzindo excedentes para a comercialização. Existem os seguintes tipos de arrasto:

- a. **Arrasto para bordo** – quando é empregue uma embarcação em que a alagem das redes se processa manualmente sem ajuda de qualquer meio mecânico.
- b. **Arrasto para terra** – quando independentemente de ser ou não empregue qualquer embarcação o arrasto se faz para a terra podendo a alagem das redes ser realizada manualmente ou com a ajuda de tractores ou outros meios de tracção.¹⁰

Deste último tipo de arrasto o mais predominante é o manual em Vilanculos, enquanto que em Inhassoro havia antigamente o arrasto mecânico com uso de tractores. Actualmente pratica-se também pesca semi-industrial e a artesanal.

A pesca semi-industrial é a efectuada em zonas costeiras com embarcações até 20 metros de comprimento, propulsionado a motor e utilizando gelo ou refrigeração mecânica para a conservação das capturas a bordo, fazendo uso ou não de meios mecânicos de pesca¹¹.

¹⁰ Boletim da República, 1996, I Série, nº 21 artº 28, alíneas b) e c) (Tipos de Arrasto).

¹¹ Boletim da República, 1996, I Série, nº 21, artº 2, alínea c)

3.2. Estratificação dos Pescadores

Do estudo de campo realizado, foram encontrados alguns aspectos essenciais no que diz respeito aos diferentes grupos sociais que compõem a massa social dos pescadores deste distrito.

Desta forma, encontramos a seguinte estratificação:

3.2.1. Proprietários ou Patrões

Esta classe é de pescadores que possuem um nível económico acima da “média”, pois estes são proprietários de acampamentos, barcos a motor, artes diferentes de pesca (linha, rede e mergulho). Estes possuem também empregados efectivos e eventuais. São auto-suficientes. Remuneram os seus trabalhadores de duas formas: em dinheiro e em produto, sendo a primeira para os trabalhadores efectivos e a segunda forma para os eventuais. Por vezes os efectivos recebem também em produto depois da pesca.

A remuneração em dinheiro é feita mensalmente, enquanto que a em produtos é feita por campanha de pesca. O peixe dado aos trabalhadores serve para o consumo ou então para a venda dependendo da opção de cada um.

Esta classe é a fonte de emprego para maior parte da população desta região. A mão de obra familiar é usada na produção e na gestão desta actividade.

Estes pescadores são muitas vezes considerados ricos, uma vez possuem certos bens (casas de material local melhoradas ou alvenarias, carros, acampamentos melhorados e barcos a motor) que servem de indicador do nível sócio económico dos membros de uma determinada comunidade, sobretudo quando estes possuem aprestos de pesca.

Algumas vezes estes pescadores são funcionários ou comerciantes e têm como empregados um capitão e um marinheiro para controlar toda a actividade no mar.

Nesta categoria podemos também encontrar pescadores herdeiros que são na sua maioria descendentes de famílias pesqueiras, cuja herança lhes foi cabida com a morte do seu familiar ou patrão.

Algumas vezes o herdeiro tem sido um antigo trabalhador de alguém que tenha tido um frota de barcos bem como equipamento de pesca e que pelo seu desempenho e confiança, o patrão lhe legou os seus bens.

São também considerados herdeiros os trabalhadores que após as nacionalizações tomaram “posse” dos bens do antigo patrão uma vez este ter abandonado o país em virtude da situação que se vivia na época.

3.2.2. Pescadores Ganho a Ganho – *Xikwakwa*

Esta classe é constituída na sua maioria por indivíduos desempregados que têm como alternativa actividades eventuais remuneradas. Esta classe é maioritariamente constituída por jovens que por um lado a praticam por falta de meios financeiros para continuarem com os seus estudos e por outro porque estes não têm emprego encontram na pesca um meio de sustento das suas famílias.

Nesta classe encontramos também mulheres que procuram *“caril para comermos em nossas casas com os nossos filhos”*¹².

Estes trabalhadores são remunerados em produtos (peixe) capturado durante a campanha.

3.2.3. Pescadores individuais

Estes pescadores trabalham muitas vezes sozinhos sem empregados, possuem uma pequena embarcação e produzem para o seu consumo e para a venda sem intermediários.

Algumas vezes têm usado mão de obra familiar, mas sem remuneração.

3.2.4. Marinheiros

O marinheiro é um membro da tripulação que tem como função orientar os pescadores a área de pesca que seja favorável, segundo a maré e segundo os ventos do dia.

3.2.5. Mestre

Pessoa que participa directamente na actividade de pesca e é responsável pela embarcação.

¹² Maria José, pescadora de *Xikwakwa*.

CAP. IV: PRESSÃO SOBRE OS RECURSOS E CONFLITOS

4.1. Introdução

O Distrito de Vilanculos dada a sua característica, tem muita abertura ao mundo através do turismo e comércio de produtos pesqueiros e outros serviços, daí que considerável parte da população da faixa costeira opta pela pesca como principal actividade económica. Encontram nesta esta actividade um meio rentável para a sua sobrevivência devido ao fraco nível académico que estas populações possuem e falta de actividades empresariais na região não permite o acesso a outros empregos.

Sendo a pesca uma actividade muito concorrida, observa-se que nas zonas de pesca surgem fricções entre os actores que se encontram no local. Os actores em causa são pescadores, as instituições de tutela, os órgãos distritais e municipais.

As fricções surgem lado devido ás regras impostas pelas instituições de tutela com o objectivo de controlar as áreas protegidas bem como o de manter os recursos marinhos. Muitas vezes as regiões protegidas são as mais violadas visto estas serem os *ninhos*, onde se podem encontrar quantidades mais elevadas de pescado.

A violação das regras e a não cedência das partes em conflito (pescadores e as instituições) faz com que as fricções se agudizem uma vez todos se sentirem com direito e razão de agirem de acordo com as circunstâncias.

Conflito é uma luta prolongada entre mais ou menos duas partes independentes que têm objectivos contrários, recursos escassos e interferências dos outros no alcance dos seus objectivos¹³.

¹³ HOCKER, J. et all Interpersonal Conflict, University of Montana, Iowa, 1995, Pp. 21

Os conflitos no sector pesqueiro surgem numa situação em que quase toda a população das áreas costeiras tem como actividade principal e de geração de rendimentos a pesca, para além de constituir a principal fonte de alimentação das mesmas.

Um dos principais *catalisadores* de conflitos nas áreas de pesca é a diferença de artes de pesca concentradas na mesma área, não deixando de lado os conflitos étno – regionais.

Por mais que os actores falem a mesma língua ou até residam no mesmo local, persistem ainda alguns problemas relacionados com os *Xibhongos*¹⁴.

4.2.Causas dos Conflitos no Sector Pesqueiro de Vilanculos

4.2.1. O Defeso

A gestão dos recursos está relacionado com o uso racional dos mesmos, bem como a utilização de técnicas de pesca adequadas, tais como o uso de malhas estabelecidas pela lei.

De modo a assegurar uma boa gestão dos recursos pesqueiros adoptou-se a Política Pesqueira, que define *os recursos pesqueiros [como] propriedade do Estado, cabendo-lhe a responsabilidade de assegurar que as actividades de pesca não ameçam a sustentabilidade dos recursos e que os benefícios que resultam destas actividades para o país sejam maximizados*¹⁵.

Devido à sobre-exploração dos recursos marinhos, esta bem como as autoridades marinhas ligadas à pesca acordaram que se devia introduzir o defeso marinho como forma de se fazer a utilização racional e gestão dos recursos pesqueiros da região à

¹⁴ *Xibhongo* significa apelido, pois a maior parte dos grandes pescadores têm um nome relacionado ou ao chefe da terra – os Bilankulo ou ao chefe da água – os Zibane.

¹⁵ Boletim da República, 1996, I Série, nº 21 artº 28, alíneas b) e c) (Tipos de Arrasto).

semelhança do vizinho distrito de Inhassoro. Esta decisão afectou os pescadores de rede de arrasto, mergulhadores e apanhadores de caranguejo e ostras.

Neste âmbito, a APV com o apoio do IDPPE, criou o Comité de Co-Gestão que era responsável pelo controle da faixa costeira durante o período de veda.

O defeso foi para maior parte dos pescadores uma proposta impensável, pois na opinião de muitos pescadores este não devia ser aplicado para Vilanculos porque:

“Nós não temos um mar profundo como o de Inhassoro. Vilanculos é uma zona em que a veda não é praticável porque neste mar os recursos não acabam. Nós nascemos e encontramos tudo isto a ser explorado e nunca ouvimos que este havia sido aplicado. A melhor veda é o controle das malhas como se fazia anteriormente, porque agora muita gente usa a rede mosquiteira, panos, explosivos e veneno para a captura do peixe prejudicando assim os recursos marinhos. O número de pessoas existentes em Vilanculos também prejudica a pesca porque todos querem ganhar dinheiro muito facilmente”.¹⁶

Um dos elementos com que nos debatemos durante a pesquisa de campo para um melhor entendimento da aplicação do defeso pela primeira vez no distrito de Vilanculos foi a pressão populacional existente em Vilanculos e estratégias de sobrevivência de modo a se ultrapassarem as situações de crise.

Com a guerra de desestabilização havida no nosso país, houve um aumento da mobilidade populacional e fuga para as zonas costeiras, e Vilanculos não foi excepção. Houve aqui uma grande aglomeração da população mais para a região próxima do mar onde se abrigaram dos ataques.

Enquanto a guerra durava, as populações alimentavam-se de mariscos, aumentando assim a pressão sobre os recursos marinhos e também criaram o hábito de pesca. Depois do

¹⁶ Afonso Manuessa, pescador e membro do Comité de Co-Gestão, 28.07.99

Acordo Geral de Paz, muitos refugiados e desmobilizados regressaram para as suas zonas de origem e outras permaneceram. Parte da população que ficou continuou com a actividade alargando-se para toda a costa, não ficando somente nas ilhas (zona para onde muitos se tinham refugiado), pressionando ainda mais os recursos.

“Exactamente a partir de 1992 começamos a ter problemas na parte de pesca porque toda a gente vai pescar na mesma zona. Antes nós conseguíamos pescar sem problemas mas agora somos muitos, pois não se justifica que se introduza a veda. O que se devia fazer era controlar o número de pescadores, número das redes e das malhas”.¹⁷

Associada à pressão populacional sobre os recursos derivada da mobilidade populacional, encontramos também muitos jovens com baixo ou sem nenhum nível de escolaridade, adultos desempregados e mulheres chefes de família que recorrem à pesca procurando formas de sobrevivência para si e para as suas famílias.

Muitos atribuem a “culpa” à guerra, e aos deslocados dela advindos:

“A culpa é toda dos deslocados de guerra. Se formos a analisar muitos que aqui estão não fazem parte de Vilanculos. Essas pessoas deviam retornar às suas zonas de origem para aliviarem o mar. Se não tivessem sido eles, a veda não teria sido aplicada”.¹⁸

Com esta pressão e devido à falta de material de pesca, os pescadores muitas vezes recorrem a materiais inadequados para tal, violando as regras impostas pelas autoridades marinhas as quais tiveram como solução mais abrangente a introdução do defeso marinho.

¹⁷ Moisés, pescador de Vilanculos, 07.08.99.

¹⁸ Joaquim Arnaldo, pescador de Vilanculos, 06.08.99.

A introdução do defeso teve repercussões positivas e negativas, por um lado por ter levado os pescadores a aliviarem o mar e por outro por ter agudizado os conflitos existentes entre estes sobretudo em relação aos invadidos como iremos discutir a seguir.

4.3.Conflitos no Sector Pesqueiro de Vilanculos

A gestão dos conflitos no sector pesqueiro é similar à questão da gestão e co-gestão dos recursos marinhos. Do mesmo modo que a co-gestão é feita, a partir de certos princípios legais, os conflitos são igualmente geridos por uma base legal.

Estas características fazem com que o sector pesqueiro seja um dos que mais conflitos apresenta. Em quase todo o mundo existem conflitos pelo controle das áreas marinhas, pois há referências sobre conflitos em alguns países da Ásia, nomeadamente, a Malásia, Indonésia, as Filipinas, o Japão e a Tailândia eram os maiores pontos de acesos conflitos entre pescadores¹⁹, onde um dos maiores problemas era o factor étnico, mas o factor ligado às técnicas de pesca bem como á gestão dos recursos marinhos estavam bem presentes.

O principal conflito concentra-se no aspecto ligado á legislação e a sua aplicação, pois muitos pescadores não vêm de boa maneira o facto de se delimitarem áreas específicas de pesca porque,

“ Desde o tempo colonial que nós pescávamos sem dependermos de certas leis que agora nos são impostas, porque nós sempre pescámos de acordo com a malhagem estabelecida pela lei. Antes os brancos não delimitavam as áreas de pesca porque não haviam muitos pescadores como agora. Mas o essencial era cumprir com a malhagem estabelecida. Se nos encontrassem a violar a lei éramos punidos. Devíamos pagar uma multa de 50 escudos ou então

¹⁹ MATHEW, S. , Fishing Legislation and Gear Conflicts in Asian Countries, , International Collective of Fishworkers, SAMUDRA publications, N°1, 1990, Bruxelas.

rasgavam-nos a rede de pesca. Se delimitam as áreas onde é que iremos pescar?"²⁰

Sobre legislação deve-se referir que está estabelecido que está proibido "*o emprego de qualquer dispositivo susceptível de obstruir ou por qualquer forma diminuir efectivamente a dimensão da malhagem da rede considerada, para todos os efeitos, como o uso de arte de pesca que não corresponde á especificação autorizada*"²¹

Este é um dos factores que leva a que os pescadores se recusem a cumprirem com a veda porque sob o seu ponto de vista o que está estabelecido por lei não deve ser violado, esquecendo-se os recursos marinhos necessitam de um período de regeneração não somente para eles como para as gerações vindouras.

Existem várias opiniões sobre as origens dos conflitos, pois:

"Existem muitos pescadores que vêm de centros de pesca diferentes e invadem-nos, sabendo que não podem pescar no centro do outro"²².

Os pescadores quando questionados sobre a veda procuram sempre fazer comparações com o tempo colonial, onde "*todos nós devíamos cumprir com a lei que era de utilizar a malhagem estipulada, mas não havia veda. A maior veda é o controle das redes*".

Mais adiante apresentar-se-á um mosaico de conflitos que existem em Vilanculos aos mais diversos níveis, á semelhança do que tem acontecido nas outras partes do mundo em que a principal fonte de alimentação e de rendimento é a pesca.

²⁰ Afonso Manuessa, Pescador e presidente do Comité de Gestão da APV, 28.07.99.

²¹ BR n °21, Maio de 1996, I Série, artº. 19 (obstrução da malhagem)

²² Pangaia, pescador do Centro de pesca de Mucoque, 08.08.99.

4.3. Regulamentos: Artes e Locais de Pesca

A regulamentação da pesca contestada pelos pescadores está fixada na legislação moçambicana, a qual estabelece que:

- (i) A pesca de arrasto a motor com embarcações de pesca artesanal só poderá ser exercida para além de meia milha da costa;
- (ii) A malhagem mínima de arrasto a motor de espécies pelágicas e semi-pelágicas é de 50mm,
- (iii) a malhagem mínima para o arrasto para bordo é de 38mm e o arrasto para terra é de 38mm²³.

Regulamento de Pesca Marítima prevê também os locais onde as embarcações de pesca devem se estabelecer para a prática da pesca artesanal, onde devem ter um afastamento de:

- a. *Três milhas da costa ou do ancoradouro de base, sendo de convés aberto e desprovidas de meios mecânicos de propulsão;*
- b. *Seis milhas da costa ou do ancoradouro de base sendo de convés aberto e providas de meios mecânicos de propulsão ou de convés fechado e desprovidas de meios mecânicos de propulsão;*
- c. *Doze milhas da costa ou do ancoradouro de base, sendo de convés fechado e providas de meios mecânicos de propulsão.*

4.4. Conflitos de Terras da Costa Entre Pescadores/Sector de Turismo

Estrangeiro / Município de Vilanculos

Os terrenos que se encontram próximos das áreas de pesca estão sob duplo controle. Por um lado são controladas pela Delegação Marítima e por outro lado pelo Município de Vilanculos. Antes da instalação dos municípios no nosso país em 1998, estas áreas

pertenciam aos pescadores para instalarem os seus acampamentos. O que acontece, é que quando se criam os municípios estas áreas passam a ser geridas por esta entidade os pescadores já não podem instalar os seus acampamentos.

Com o aparecimento em massa dos turistas, o Município passa a ceder a eles as terras que seriam pertença do pescador.

"A Lei diz que a DELMAR controla de 20m a 30m da costa para o mar, mas o que acontece é que muitas vezes o Município não respeita esta legislação, dando as terras aos brancos para a construção de Hotéis, residências e ou Lodges. Muitas vezes não lhes cedem somente o que eles pedem, mas aumentam as suas áreas até ultrapassarem o limite, abrangendo até áreas que seriam para instalarmos os nossos acampamentos, intrujando-nos com dinheiro, alegando que eles compraram as terras até o limite que era nosso por direito as quais são controladas pela DELMAR".²⁴

Muitos pescadores não estão satisfeitos com esta atitude levantando muitas vezes este caso, mas dentre estes aparecem os que se contentam com o que os estrangeiros pagam para a aquisição do terreno.

Num encontro realizado a 16 de Junho de 2000, entre os pescadores e o Ministro das Pescas realizado em Vilanculos, foi abordado este caso, onde o ministro afirmou que:

"Estas são áreas controladas pelo Município e não é permitido que se venda a ninguém, seja ele branco ou negro. Estas áreas pertencem ao Governo e sendo do Governo, estas devem servir como acampamentos dos pescadores como vinha sendo desde há muitos anos".²⁵

Depois desta declaração, um pescador apresentou a seguinte questão:

²³ BR n °21, Maio de 1996, I Série.

²⁴ Membros da APV, 04.08.99.

²⁵ Ministro das Pescas, Cadmiel Muthemba, dirigindo-se aos membros da APV, 16.09.2000.

“os brancos após terem comprado estas áreas, vedam e não admitem a entrada nem a passagem de negros e escrevem nestes recintos “*mina thenguile zontse*” (eu cumprei tudo). O que nos aborrece e faz com que reclamemos nas reuniões”.²⁶

Em seguida, o Ministro esclareceu o seguinte:

“o Governo da FRELIMO não admite a venda das terras. O indivíduo ou pescador que tiver os seus bens numa determinada zona, e os venda estará a cometer uma infracção, pois a terra é pertença do Estado e é um bem inalienável. Este caso será resolvido. A Comunidade Internacional deu um apoio de 450.000 USD para o apoio aos pescadores de Moçambique, mais para os que foram afectados pelas cheias, mas isto não significa que este valor irá cobrir a todos os pescadores, uma vez a nossa costa ser grande. Esse dinheiro é do Plano de Reconstrução pós cheias. Estes servirá como empréstimo para os pescadores através do Fundo de Fomento Pesqueiro com cobrança de juros muito baixas e período de pagamento muito longo.”²⁷

Ainda nesta questão de conflitos de terras localizadas próximo do mar, verificou-se que um dos maiores problemas de terras enfrentado pelos pescadores, está ligado aos herdeiros dos antigos proprietários, pois muitas vezes estes vendem os terrenos á beira mar aos estrangeiros, uma vez saberem que estes terrenos são bastante caros e trazem muitos lucros para si, uma vez estes não terem gasto muito para o adquirirem. Apesar de muitos deles saberem que estas terras não devem ser vendidas ignoram a lei, desgraçando muitas vezes os pescadores e também algumas famílias que vivem em redor.

Muitos pescadores antes vendem a terra e depois se dirigem ao município com o comprador a fim de apresentarem o título de propriedade, mas depois não se toma nenhuma medida.

²⁶ Alfredo Sebastião, pescador de Vilanculos, 27.07.99.

²⁷ Cf. Ministro das Pescas...

Um dos casos gritantes foi a de um herdeiro que vendeu uma parcela de terra pertencente ao seu pai, que fora doada a um grupo de pescadores de Chibuene (antigos trabalhadores). O que acontece é que estes quando vão reclamar ao Município, este não toma nenhuma medida, limitando-se somente a dizer que estas terras eram do herdeiro, quando na verdade os herdeiros são os pescadores aos quais esta fora oferecida.

Esta atitude é benéfica por um lado porque faz com que o Distrito evolua e é bastante pesada porque muita vezes os locais onde são erguidos como Hotéis e Lodges não são frequentados pelos residentes e também limita muito as áreas por onde os pescadores devem passar para cumprirem com a sua actividade, e com agravante de não existir um local determinado para que estes coloquem os seus acampamentos e nem mesmo uma via passagem para que os pescadores e compradores se dirijam ao mar.

4.5. Conflitos Entre os Membros da APV

A APV é composta por 30 membros que mensalmente se reúnem e pagam as suas quotas. O que acontece, é que estes pescadores não se entendem por estarem divididos em *classes sociais*, onde se encontram os chamados *poderosos e impunes* e a outra classe que é composta por *necessitados*.

Os pescadores que se dizem *necessitados* muitas vezes queixam-se é que os pescadores que têm o mínimo de condições é que têm acesso á créditos e mais benefícios. A APV possui uma conta bancária que é gerida conjuntamente com o Fundo de Fomento Pesqueiro, de onde os pescadores podem fazer empréstimos. Muitas vezes quando os pescadores precisam de crédito, há muitas querelas, porque primeiro querem saber que garantias de reembolso existem, para além de:

“Muitas vezes olharem para nós com desprezo por não sermos conhecidos. Depois das cheias [de 2000], fomos pedir patrocínio á APV ao BCM de Inhambane e ao FFP em Maputo, mas ninguém nos quis ouvir. A seguir foi um outro grupo (dos “manda chuva”) que teve crédito sem problemas. Acho que eles tiveram crédito porque têm acampamentos grandes e barcos a motor.”²⁸

Um outro problema que existe é entre os membros da APV e do Comité de Co –Gestão, na medida em que os membros são os mesmos. O comité é formado por membros eleitos da APV, que têm como tarefa assegurar o funcionamento do sector pesqueiro no mar. Têm também a função de fiscalizar as possíveis violações que podem eventualmente acontecer.

Entre estes não há entendimento porque não conseguem elaborar regulamentos que satisfaçam as duas partes e aos pescadores em geral.

Muitas vezes os pescadores que compõem o comité são proibidos de assistir as reuniões da APV, embora fazerem parte da mesma, e pelo que se apurou, os membros do CCG não podem ouvir as ideias e nem podem fazer parte na tomada de decisões da APV.

Este conflito é bastante complexo e não é de fácil resolução, pois muitas discussões terminam em ameaças e as autoridades competentes não conseguem ter meios de resolução deste conflito, pela debilidade que as mesmas apresentam.

4.6.Conflitos Territoriais Entre os Pescadores de Vilanculos e Inhassoro

As regiões costeiras de Vilanculos e Inhassoro são vizinhas e possuem como actividade principal a pesca. Inhassoro por tradição é uma região onde a pesca é mais organizada em

²⁸ Gustavo, pescador de Vilanculos, 04.08.99.

relação á Vilanculos uma vez que a pesca obedece o calendário das vedas²⁹ bem como das marés, o que não é observado por Vilanculos, pois a *única* maneira que este distrito obedece somente o calendário das marés mortas (sete dias) e marés vivas (sete dias).

Esta inobservância de certos princípios da gestão dos recursos por parte dos pescadores de Vilanculos tem feito com que haja uma invasão á região de Inhassoro, criando um mal estar entre as duas partes.

Muitas vezes quando pescadores de Vilanculos estão numa fase de pesca favorável não permitem a presença dos de Inhassoro e quando chega a sua vez de procurar por algo, estes invadem a região de Inhassoro e com o agravante de não possuírem nenhum documento de permissão da Associação dos Pescadores de Inhassoro, da Direcção Distrital de Agricultura e Pescas de Inhassoro ou da DELMAR de Vilanculos para lhes legitimar o acesso ao local.

Perante esta situação, os pescadores de Inhassoro sentem-se revoltados por não terem o direito de pescar em Vilanculos mas em contrapartida são inúmeras vezes "assaltados" pelos seus vizinhos.

A área com mais índices de invasão é a de Nhagonzoene, pois esta é a zona limítrofe onde todos os pescadores acham-na como sua, mas sabe-se de antemão que esta pertence á Inhassoro e não a Vilanculos.

Durante o trabalho de campo observou-se que os pescadores de Nhagonzoene tiravam certas vantagens desta situação, pois estes sempre que questionados diziam que:

"nós pertencemos aos dois distritos, por isso não temos que estar a fugir nem de um nem de outro lado, porque esta zona é limite. Nós podemos pescar nas duas áreas desde o

²⁹ Estas vedas são cumpridas durante dois meses, sobretudo na época de inverno. De referir que o defeso em Inhassoro foi introduzido pelos chineses locais que praticavam a pesca industrial, tendo-se transmitido este hábito a todas as gerações posteriores.

momento que possuamos um documento que diga que nós somos de Nhangonzo".³⁰

Estes conflitos são de resolução bastante difícil, uma vez que as entidades ligadas ao sector não estão organizadas de modo a se resolver definitivamente o conflito. As instituições resolvem só aparentemente, pois no terreno a realidade é bastante diferente. Entre as próprias instituições existem alguns conflitos e muitas vezes as soluções são por outros contrariadas.

Um outro problema que existe com os pescadores de Vilanculos é a falta de consciência ambiental, pois por onde eles passam depauperam os recursos sem observarem as regras de protecção dos recursos marinhos, pois,

"A fauna marinha é que é a base principal do surgimento dos conflitos entre nós, bem como a divisão dos pescadores em áreas de pesca"³¹.

O Delegado Substituto da DDAP de Inhassoro, referiu que o maior problema é a

"Violação das nossas áreas por parte dos pescadores de Vilanculos. Se formos a analisar, por um lado, o desenvolvimento de Vilanculos é muito maior que o nosso, daí que aparecem com material de pesca artesanal muito mais sofisticado que o nosso. Por outro lado, os pescadores de Vilanculos sempre invadem as nossas áreas de pesca mesmo no período de defeso"³²

³⁰ Marringane, pescador de Nhagonzoene, 08.08.99.

³¹ Pangaia, Mucoque, 08.08.99.

4.7.Conflitos entre Pescadores do Parque Nacional do Bazaruto (PNB) / Pescadores e Autoridades Marítimas de Vilanculos

A proibição da pesca nas ilhas para os pescadores do continente foi reconhecida pelo Governo do Distrito de Vilanculos e pela Administração Marítima, pois a actividade agrícola não é exercida nas ilhas, sendo a actividade piscatória a única a ser praticada nesta região para o sustento e segurança alimentar das famílias nelas residentes.

Os turistas quando vão para estas ilhas são geralmente obrigados a pagar uma taxa ao Governo para apoiar a população desta região.

O Arquipélago de Bazaruto comporta cinco ilhas, respectivamente Bazaruto, Santa Carolina, Benguerra, Bangué e Magaruque. As ilhas de Benguerra, Magaruque, Bazaruto e Bangué são as que constituem o Parque Nacional do Bazaruto e toda a sua estrutura administrativa está montada em Bazaruto.

Este parque surgiu com o propósito de se criarem zonas de protecção dos recursos marinhos, que são geridos tanto pela Administração do Parque bem como pela comunidade. O PNB foi criado em 1971 em reconhecimento do seu valor ecológico e paisagístico, com vista a assegurar a maior reserva de recursos marinhos da Costa Oriental de África que possui recursos bastante importantes como a tartaruga marinha, o dugongo e o golfinho, para além de outras espécies raras.

Por volta de 1989, uma equipe de ecologistas foi ao local para estudar a região com mais rigor, daí que em 1990,

" Houve uma avaliação que do ponto de vista ecológico do parque, as ilhas estavam bastante habitadas por espécies marinhas mas tinha ainda o dugongo e não se podiam

³² Justino Alexandre, Técnico Florestal, Substituto do Delegado Marítimo, 16.08.99.

dissociar, tornando estas ilhas numa unidade protegida e numa base de conservação."³³

Após este estudo em 1991, os guardas que antes estiveram a trabalhar como agentes de protecção passam a ser formados como guardas *mugonzisses*³⁴ cuja tarefa é a de dar educação ambiental á população local para que se fizesse um bom manuseamento dos recursos marinhos, pois como se sabe estes são a base de sustento das populações deste arquipélago.

É a partir desta altura que se elabora o Plano Director para a Gestão do PNB, que tinha as seguintes directivas:

“Estender os limites do parque englobando todo o Arquipélago. A elaboração de um regulamento para o parque e zoneamento do mesmo. Estabelecimento de um modelo de gestão integrada, co-gestão dos recursos dentro do Arquipélago. Nesta fase os *mugonzisses* é que serviram de elo de ligação entre o parque, os pescadores e a comunidade o que aliás acontece ate hoje”³⁵

Os *mugonzisses*, cumprem por sua vez com as orientações do Parque, pois as comunidades locais já estão sensibilizadas sobre a gestão dos seus recursos, mas segundo eles,

" Nós enfrentamos muitos problemas sobretudo com a vinda dos continentais de Vilanculos, por não participarem activamente na protecção dos recursos marinhos tal como tem sido com as nossas comunidades. Pelo contrário, muitas vezes estes vêm ilegalmente e fazem a prática da pesca em locais protegidos tirando muitas vezes os recursos que se consideram de extrema importância marinha como o dugungo e a tartaruga marinha dado o seu valor monetário. O maior foco de problemas concentra-se na ilha de Benguerra, uma vez esta ser a mais acessível dada a proximidade desta com Vilanculos, daí que muitos pescadores vão para este local montar os seus acampamentos e muitas vezes sem licença. Enfrentamos

³³ Célia Enosse, socióloga do PNB – Bazaruto, 21.08.99.

³⁴ Guardas educadores que assumem a tarefa de fiscais do parque, 21.08.99.

³⁵ Cf. Célia Enosse...

também problemas de falta de material de fiscalização, o que origina uma grande invasão por parte dos continentais. Muitas vezes estes são obrigados a pagar multa, mas não aceitam fazê-lo e nós sem meios não podemos fazer muito."³⁶

O Plano Director do PNB, foi complementado pelo Regulamento de Pesca Marítima que regula a conservação dos recursos, que estabelece áreas com restrições á actividade da pesca. Define os Parque Nacionais Marinhos, as Reservas Naturais Marinhas, as Áreas Marinhas Protegidas, as Áreas sanitariamente Impróprias e as Áreas de Segurança Marinha.

O Regulamento define que nos Parques Nacionais Marinhos "*é interdita toda e qualquer actividade de pesca, incluindo a pesca de subsistência, a pesca recreativa e desportiva e a pesca submarina*"³⁷.

Em relação ás Reservas Naturais Marinhas o Regulamento estipula que as interdições "*podem ter um carácter total ou parcial, tendo em conta os interesses que se pretendem proteger; pode ser exercida a pesca de subsistência, desde que não prejudique os interesses a proteger; podem ser exercidas a pesca de subsistência, a pesca artesanal e a pesca recreativa e desportiva, desde que não prejudique os interesses a proteger*"³⁸

As disposições acima descritas são as implementadas no PNB, o que provoca uma vaga de conflitos com os demais intervenientes. Porque apesar destas disposições, existem pescadores continentais que muitas vezes não possuem licença de pesca nas ilhas, o que muitas vezes origina,

" Conflitos entre nós e os continentais, pois nós não temos nenhuma troca de experiência com estes pescadores. Os Delegados Marítimo de Inhassoro e Vilanculos muitas vezes passam licenças para os continentais pescarem aqui nas ilhas

³⁶ Luís Carlos Zivane, Extensionista do PNB - Bazaruto e Benguerra. 21.08.00

³⁷ Regulamento de Pescas, BR nº21, Maio de 1996, artº96, Capítulo V.

³⁸ Regulamento de Pescas, BR nº21, Maio de 1996, arts. 96 – 98, Capítulo V.

por não saberem qual é a situação da área de pesca do Parque. Isto faz com que muitas vezes confisquemos de acordo com a vontade do infractor, senão corremos o risco de sermos mortos ou feridos pelos infractores. Este ano por exemplo, de todas as infracções cometidas somente cinco pessoas é que foram confiscadas os seus materiais de pesca, como redes de emalhar (de uso proibido nas zonas proibidas, pois a linha é mais sustentável), barbatanas e máscaras. Os continentais muitas vezes vêm montar as suas redes e gamboas a qualquer altura prejudicando os recursos e as populações ilheias que destes recursos vivem. Os problemas são muitas vezes resolvidos no Parque com os gestores se for um caso de infracção com licença e se for um caso de infracção sem licença trata-se do caso na DELMAR. Relativamente á Inhassoro, nós temos a participação do Grupo de Trabalho Ambiental (GTA), que muitas vezes nos tem ajudado na propagação da educação ambiental para a defesa do meio ambiente."³⁹

Estes problemas surgem muitas vezes porque o Arquipélago esta situado entre os dois distritos, pois a maior parte que são as Ilhas de Benguerua, Magaruque e Bangué encontram-se na região que pertence a Vilanculos, enquanto que na parte de Inhassoro somente se encontram duas ilhas que são as de Santa Carolina e de Bazaruto (sede do Parque). E assim,

“O problema da dupla administração governativa e marítima das ilhas que fazem parte do arquipélago é bastante complicado, pois as autoridades administrativas de Benguerua não têm ajudado como em Bazaruto onde as pessoas são sensibilizadas na protecção do meio ambiente. Muitas campanhas de sensibilização são feitas, mas a DELMAR não dá muita importância e tem defendido muitas vezes os pescadores infractores vindos de Vilanculos e não explica que no Arquipélago existem áreas controladas e protegidas pelo Parque, permitindo desta forma que as pessoas entrem sem controle e principalmente os que possuem licenças não se importam de montar os seus acampamentos em áreas protegidas . O que eu tenho como recomendação face a esta situação, era a redução dos conflitos e a colaboração de todos para a protecção dos recursos.”⁴⁰

³⁹ Castigo Alberto Zivane, Fiscal Chefe do Arquipélago do Bazaruto, 21.08.99.

⁴⁰ Lourenço Zivane. Extensionista do PNB – Bazaruto, 21.08.99.

Pode-se constatar que um dos maiores problemas se encontra com as autoridades marítimas, pois muitas vezes estas não se encontram em sintonia, uma vez as autoridades das ilhas cobram dinheiro de pagamento de taxas em que as autoridades são transparentes no processo. Contactou-se também que os pescadores continentais preferem acampar-se definitivamente nas ilhas e nunca mais voltarem ao continente, sobretudo na época de veda.

O que muitos ilhéus reclamam, é o facto de

“ A DELMAR mesmo sabendo que não se pode pescar mais nas ilhas passa as licenças aos pescadores.”⁴¹

Os pescadores de Benguerra (as maiores vítimas da invasão), estão cansados dos conflitos existentes entre eles e os pescadores de Vilanculos, e como solução para eles é,

“A sua retirada do nosso mar. Eles que voltem, para a sua área de pesca e nos deixem em paz com os nossos recursos, porque só destroem.”⁴²

Um outro problema que encontramos nos conflitos existentes entre os pescadores destas duas áreas é o relacionado com a diferença de artes de pesca, pois,

“Os pescadores de Vilanculos entram para estas áreas com barcos muito maiores e técnica mais sofisticadas em relação aos ilhéus. Apesar dos recursos não terem donos, a população do continente cria desta forma um maior decréscimo e depredação de algumas espécies pesqueiras, com destaque para a holotúria, lagosta (cujo valor comercial é bastante elevado), e ostras da areia (*mapalo*).”⁴³

⁴¹ Santiago da Cruz. Administrador do PNB em Benguerra, 23.08.99.

⁴² Comissão de Pescadores, 23.08.99.

⁴³ Cf. Célia Enosse.

Um certo número de conflitos como podemos ver, está ligada á inobservância das normas de pesca sobretudo no que toca ás áreas protegidas, pois o PNB, é a entidade que está capacitada na gestão dos recursos marinhos existentes. Há falta de controle das actividades por parte das autoridades de tutela do Governo como a DDAP – Sector das Pescas e DELMAR e falta de coordenação entre ambas.

Uma outra situação que se encontrou durante a pesquisa, foi a de todos os pescadores estarem a sofrer prejuízos com os pescadores industriais que muitas vezes invadem zonas do alto mar perto da costa nas águas pertencentes á Moçambique, violando as leis e passando por cima da lei, pois muitos destes violadores têm aparecido com barcos grandes, bastante sofisticados com todo equipamento modernizado, como aspiradores e *longlines*⁴⁴.

Estes comportamentos de invasão referidos, levam ao decréscimo de algumas espécies pesqueiras com destaque para a holotúria, dugongo, lagostas, ostras e peixe do mar alto de alto valor ecológico e mercantil.

Para a resolução deste problema foi criada uma Comissão pela APV que está actualmente a negociar com a Comissão de Pescadores de Bazaruto, bem como com o PNB. Actualmente o processo encontra-se na fase de padronização de gestão dos recursos.

4.8. Conflito Entre Consumidores Locais, Turistas e Exportadores

Estes conflitos dão-se entre os locais contra operadores turísticos e os grandes exportadores.

Os exploradores dos *Lodges* ou Hotéis bem como os comerciantes de pescado prejudicam a população local na medida em que estes compram todo o peixe da primeira a um preço baixo, pois os pescadores tornam-se seus fornecedores permanentes e como resultado no mercado o pescado é revendido a preços exorbitantes.

Os a população local queixa-se dizendo que: *“nós já nem conhecemos o nosso peixe. Já não comemos o peixe que comíamos antigamente porque os boeres compram-no todo a um preço barato. O peixe que resta muitas vezes é da segunda e se houver um peixe da primeira no mercado o preço é a doer”*.

Isto mostra que na sua maior parte, a população local praticamente está longe de ter o “luxo” de consumir o peixe de primeira porque já existe uma forte relação entre o pescador ou fornecedor e o proprietário do lodge. Assim a indústria do turismo priva os anteriores intermediários e consumidores. É no entanto possível que esta relação tenha vantagens a curto prazo para o pescador.

Um outro conflito que acontece entre estas duas partes, é o da falta de cumprimento por parte das estâncias turísticas bem como os turistas das regras estabelecidas em que nenhum veículo se deve movimentar à beira –mar. Muitas vezes estes infractores circulam á beira – mar de carros, motorizadas e carros, abrem ruas na costa e circulam muito á vontade sem a supervisão do Delegado Marítimo, provocando uma grande onda de erosões por toda a parte onde hajam ruas por eles abertas.

⁴⁴ Arte de pesca praticada por operadores industriais onde se dispoem os anzóis em linha, de modo a que todo o peixe que lá for seja capturado. De referir que este tipo de pesca tem a duração de tres semanas, o

Outro grande problema é a colocação e circulação de barcos desportivos de grande porte na costa ou mesmo nas zonas de pesca que destroem as redes dos pescadores e não repõem o material e quando estes reclamam os turistas (brancos) injuriam-nos.

Encontramos também turistas nestas zonas que vão sob o pretexto de estarem a praticar a pesca desportiva, atrapalhando muitas vezes a actividade do pescador local, pois estes já têm todo o equipamento para a conservação do seu pescado que é levado para fora do país, sobretudo para o Zimbabwe e África do Sul.

4.9. Conflito Entre os Pescadores e a Pérola de Vilanculos

No passado, antes da privatização das instituições do Estado, os pescadores de Vilanculos eram beneficiados em materiais de pesca que lhes eram vendidos pelo Combinado Pesqueiro.

Após a passagem deste para a Organização SSSS (Quatro S) de que a Pérola de Vilanculos faz parte, os pescadores começam a ver-se numa situação bastante delicada dada a marginalização que estes sofrem a Pérola de Vilanculos, pois esta organização não recebe todo o peixe por eles capturado e têm os seus vendedores fixos, o que faz com que nem todos beneficiem da facilidade de terem sempre o seu pescado comercializado.

Um outro factor que leva as duas partes em conflito é que a PV compra o peixe a um preço abaixo do normal e revende a um preço alto aos que se deslocam á Vilanculos com o fim de adquirir o peixe para a sua posterior revenda em outras províncias.

Por vezes o pescado é comercializado na presença dos pescadores e a diferença dos preços é abismal de modo que os pescadores fiquem frustrados preferindo muitas vezes vender directamente no mercado local.

que muitas vezes prejudica os pescadores artesanais á linha.

Outra causa que os põe em diferendo é pelo facto de a Pérola de Vilanculos não aceitar peixe de segunda sob o pretexto deste não trazer rendimentos para a Organização.

4.10.Conflitos Entre Pescadores e Mergulhadores

Este tipo de conflitos é encontrado sobretudo no mar alto, pois muitos pescadores dirigem-se para estas zonas uma vez ser o local onde existe maior quantidade de pescado.

O que acontece, é que os pescadores á linha ou á rede quando capturam o peixe os mergulhadores vão por baixo e extraem o pescado sem que o pescador no barco se aperceba do facto, e consequentemente o pescador fica com o peixe de baixa qualidade porque o melhor peixe já foi extraído. Outro ponto de conflito entre estas duas partes é o corte das redes de arrasto pelos mergulhadores, contribuindo desta feita para a fraca produção do pescado.

Esta situação agudizou-se mais na altura do defeso no ano de 1999, porque os mergulhadores estavam contemplados no grupos dos que não deviam praticar a pesca porque afugentam o peixe e são acusados de serem os maiores violadores das regras de pesca. Os mergulhadores por sua vez defendem-se dizendo que eles também têm direito ao mar e que os pescadores a rede e a linha é que acabam ou destroem os recursos marinhos porque não são selectivos.

Face a esta questão, a DELMAR viu-se na contingência de determinar os limites de pesca para os pescadores e para os mergulhadores. Daí que as pontes passaram a ser local de protecção onde nenhuma destas partes em conflito poderia pescar ou mergulhar. O limite da área de pesca é de 500 metros para o interior do mar. Determinou ainda que os

pescadores deveriam apresentar-se com bóias durante as suas actividades, segundo estabelece a lei.

A lei prevê ainda que, *“as redes e os aparelhos de anzol de deriva serão sinalizados em cada extremidade e a intervalos não superiores a 2 milhas por meio de bóias providas de mastro, o qual apresentará, de dia, uma bandeira ou um reflector de radar e, de noite, um farol (...). As redes, aparelhos de anzol e outras artes de pesca fundeados e dispostos horizontalmente na água serão sinalizados em cada extremidade e a intervalos não superiores a uma milha por meio de bóias providas de mastro(...)”*⁴⁵

A resolução para este conflito é bastante difícil porque não existe nenhum mecanismo de controle submarino.

4.11. Conflitos Administrativos

4.11.1 A Falta de Coordenação Entre a DDAP e a DELMAR

A actividade pesqueira em Vilanculos é velada por duas instituições: a DELMAR e a Direcção Distrital de Agricultura e Pescas.

Estas instituições têm tarefas diferentes, mas com o mesmo objectivo: controlar e gerir as pescas do distrito de Vilanculos. Muitas vezes não se encontram para discutirem os assuntos ligados á pesca e a DELMAR devia passar licenças com o conhecimento da DDAP – Vilanculos, o que não acontece.

Este tipo de situações cria certos embaraços para o sector pesqueiro, pois não existe um controle efectivo e de concordância destas instituições do Estado sobre a actividade

⁴⁵ Regulamento de Pescas, BR n°21, Maio de 1996, art°71, V.

pesqueira, pois cada uma delas estabelece as suas próprias regras sem que haja coordenação.

Um outro factor que contribui para a debilidade destas mesmas instituições é a falta de recursos humanos e materiais para a realização de uma fiscalização que se pretende eficiente.

Muitas vezes acontecem situações em que seria necessária a intervenção destas instituições na resolução de problemas ligados á pesca, mas dificilmente se chega a um consenso porque estas não estão em sintonia e por vezes não existe quem possa dar apoio aos pescadores, por um lado porque existem poucos recursos humanos como foi referido acima ou porque o controle do sector se cinge a uma única instituição, que é a DELMAR. O pescador não está informado que a DDAP é uma das instituições que poderia apoiá-lo.

No concenrente aos recursos materiais para o controle e fiscalização do sector pesqueiro, as instituições não estão suficientemente equipadas para dar vazão à certas situações que eventualmente podem ocorrer no mar, como por exemplo, acidentes ou violação territorial tanto por pescadores furtivos nacionais ou por embarcações estrangeiras.

“Nós não temos material para a fiscalização. Sempre que precisamos de resolver uma situação temos que pedir barco a um pescador.”⁴⁶

A questão da falta de recursos materiais para o controle e fiscalização foi também apresentada pelo Administrador Marítimo Adjunto da Província de Inhambane tendo dito que:

“Há falta de condições de fiscalização. Após a Independência, todos os meios de controle e fiscalização ficaram deteriorados. As lanchas de fiscalização não estão a ser úteis porque funcionaram pouco tempo e ficaram inoperacionais. Para

⁴⁶ Momade Zainadine, Delegado Marítimo de Vilanculos, 13.08.99.

melhorarmos a nossa actividade fizemos vários apelos, mas ainda não houve resposta”⁴⁷

4.11.2. Falta de Coordenação entre o Município e as Outras Instituições de Tutela

Para além das diferenças entre as instituições supracitadas encontramos também o caso da DDAP e o Município de Vilanculos, em que cada uma das partes reclama a zona costeira como sendo pertença sua.

Este conflito surge depois da realização das eleições autárquicas no país em que o candidato á presidente, Sulemane Esep Amugi, fez promessas aos pescadores em como iria montar câmaras frigoríficas no Mercado Municipal e na praia e que qualquer pescador teria direito a usá-las.

Estas promessas foram feitas e não foram tomadas em conta após a eleição do candidato, deixando os pescadores e outras instituições que velam pelo sector pesqueiro com esperanças de um dia Vilanculos vir a ser o maior centro de captura, conservação e comercialização do pescado.

Em termos de controle administrativo, foi apurado que a costa esta sob a alçada efectivamente da Administração Distrital, cujos órgãos de tutela são a DDAP e a DELMAR, estando o Município empenhado em criar um sector ligado ás pescas. Constatou-se que o Município não tem nenhuma ligação com a DELMAR nem com a DDAP, pois,

“O Município não tem actuação no mar senão o poder administrativo no território autárquico e não podemos actuar fora como a ADMAR,. Entre nós há conflitos e nem se sabe

⁴⁷ Valgy Givá, Administrador Marítimo Adjunto da Província de Inhambane, 30.08.99

quando é que vão terminar. Penso que o Governo não deixou clara a divisão Administrativa e Municipal”⁴⁸.

O Município também não tem boas relações com a DDAP porque,

“uma vez quis saber qual é a tributação que se dá ao vendedor, porque a população está sobrecarregada de taxas, e eu condenei a cobrança. Assim, fiquei sem saber que taxa é cobrada aos pescadores porque sem sabê-lo não podia cobrar. Por isso é que perdemos muita receita das licenças que deviam ser cobradas.”⁴⁹

Questionado sobre o facto, o director da DDAP de Vilanculos disse que:

“O Município ainda não tem a máquina montada para entrar em acção, e esta instituição quer em primeiro lugar saber como é que irá funcionar de modo a criar coordenação entre as partes.”⁵⁰

O Município pretende ainda criar áreas de controle de saída dos produtos pesqueiros, onde se colocariam balanças para o controle. Pretende ainda elaborar a postura municipal e emitir um regulamento de inspecção de pagamento de licenças, controle das quantidades de peixe na praia e das que já se encontram no mercado.

Até aqui, o distrito de Vilanculos fica sem controle nenhum da produção, entradas e saídas de mariscos por falta de meios para tal e também pelo facto de todas as instituições ligadas ao sector pretenderem deter o controle absoluto da área de pesca.

⁴⁸ Sulemane Esep Amuji. Comerciante e Presidente do Município de Vilanculos, 17.08.99

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Lucas Vilanculos. Director Distrital da DDAP, 13.08.99.

4.11.3. Diferenças Entre a DELMAR - Vilanculos e a DDAP - Inhassoro

Existem também diferenças entre a DELMAR de Vilanculos e a DDAP de Inhassoro⁵¹.

Há reclamada por se passarem licenças de pesca para os pescadores de Vilanculos que passam a operar sem observarem os limites da zona de Inhassoro.

A DDAP – Inhassoro demonstra uma certa fragilidade no controle da actividade pesqueira, ficando muitas vezes de fora na resolução de casos de violação das suas áreas de pesca, por falta de uma máquina administrativa e fiscal eficiente, daí que as autoridades e interesses de Vilanculos muitas vezes tornam-se mais potentes.

Deste conflito pode-se tirar a ilação de que o sector de pescas é o mais rentável e dada a situação geográfica e economia da região. Todas as instituições pretendem um controlo efectivo, de modo a obterem mais rendimentos para os seus sectores, tornando-se assim um conflito de interesses.

Não havendo abertura ao diálogo, as instituições em conflito muitas vezes funcionam só aparentemente em coordenação, mas na verdade não existe entendimento e assim o sector pesqueiro dominado pela estrutura marítima que é a DELMAR.

4.12. Conflitos Entre Compradores

4.12.1. Compradores Locais

Durante a pesquisa de campo pudemos observar que existe um grande conflito no sector da comercialização do pescado, pois chega-se a registar violência na aquisição do pescado.

⁵¹ A DELMAR em Vilanculos é a instituição que vela pelo sector pesqueiro. Toda a prestação de contas do sector pesqueiro do Norte de Inhambane deve ser feita em Vilanculos.

Muitas vezes quando os pescadores voltam á terra, os vendedores de peixe já lá se encontram, chegando muitas vezes a invadir o barco com o intuito de beneficiarem de peixe da melhor qualidade.

Por vezes o peixe é tirado do barco e conferido pelo patrão, mas quando se faz a distribuição do pescado para cada empregado, os vendedores procuram a toda a força obter a maior quantidade possível.

4.12.2. Entre Compradores Locais e Externos

Este conflito aparece de uma maneira dissimulada, mas é um dos mais graves. Á semelhança do que acontece com os *lodges* onde existem fornecedores permanentes, existem também para o caso dos comerciantes.

Muitas vezes depois da pescaria, o pescado é trazido á terra e se houver algum cliente à procura do produto, muitas vezes os pescadores limitam-se a dizer "*este peixe já foi comprado*". Existe um domínio na compra do pescado por parte dos revendedores do mesmo, sobretudo mulheres vindas de fora de Vilanculos (Chimoio, Beira, Maxixe, Massinga, Maputo, Xai-Xai). Estas mulheres já têm o seu local de conservação de pescado e um esquema bem montado de aquisição – conservação – transporte – revenda, que muitas vezes é feito a partir da relação de confiança existente entre ambos.

Existem também os "compradores toneladas"⁵². Estes compradores trazem os seus carros frigoríficos munidos de todo o equipamento necessário para a conservação de peixe e compram todo o peixe existente no mercado local.

⁵²Nome atribuído aos compradores que levam o peixe em grandes quantidades em carros - frigoríficos

Este tipo de situações cria um mal estar entre os compradores locais que adquirem o peixe para o consumo e os pescadores/vendedores, pois os preços praticados sobem pela grande procura que há por parte dos que vem de fora.

Este conflito é de difícil resolução uma vez haver a liberalização do mercado onde os preços são marcados e/ou discutidos entre o fornecedor e o comprador.

CAP. V: RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: Considerações Gerais

5.1. Considerações Gerais

*Em resolução de conflitos, normalmente o objectivo não é de dominá-los como tal, mas sim resolvê-los a partir da audição das partes pelo mediador, que identifica e elimina as suas causas.*⁵³

No processo de resolução de conflitos, geram-se novas normas e novos sistemas de resolução de conflitos capazes de satisfazer as partes em conflito, onde se utilizam ferramentas baseadas no poder que procuram encontrar as raízes do conflito.

*As partes em conflito surgem como grupos de interesse que representam uma agregação de indivíduos organizados para operar dentro de um sistema consensual e normativo. Normalmente estes grupos têm interesses económicos comuns limitados*⁵⁴.

Quando os grupos em conflito se reúnem para negociar, assumem uma postura não agressiva de modo que haja cedências e/ou consenso entre as partes a partir do diálogo a se travar. Este diálogo terá um papel de um contrato social assumido, onde as partes praticamente deverão partilhar o que põe-nas em disputa e passar a entender os interesses uma da outra com vista a que satisfazê-los.

Normalmente, nas resoluções há uma parte que deve ceder mais, pois encontramos nas partes em conflito um mais poderosa que a outra, mas por uma questão de preservação dos seus interesses a parte dominada recusa-se a ceder *á priori*, rebelando-se e obrigando a parte dominadora a entrar em negociação.

⁵³ Rubinstein, R.E. (1996), *Analyzing and Resolving Class Conflicts*. In **Conflict Resolution Theory and Practice: integration and application**. Eds: Dennis Sandole et al., Pp. 146

⁵⁴ idem: 147.

Os grupos de interesse são representados por um pequeno grupo de indivíduos em associação ou sindicato que possa reivindicar e responder cabalmente às exigências colocadas.

Para que estes grupos de interesse encontrem uma solução satisfatória para ambos, podem recorrer ao *processo colaborativo*⁵⁵ em que se celebram acordos com interesses bem determinados. Este processo envolve todas as partes em conflito. Os *stakeholders envolvidos, devem em conjunto discutir os seus interesses e desenvolver resultados que ambos possam aceitar*⁵⁶.

Existem casos em que se deve aplicar o sistema tradicional em que se envolve um intermediário e o seu objectivo na resolução de um conflito é de *assistir as partes oponentes no conflito para analisar as causas deste conflito, imaginar métodos de reestruturação ou substituir o sistema que o gera, para seleccionar várias opções de resolução de conflito e implementar as acordadas*.⁵⁷

É necessário que haja um intermediário em caso de se gerar um conflito indissolúvel, que irá trabalhar com ambas de modo a que se encontrem soluções mais suaves sem violência característica deste tipo de conflitos.

O facilitador será o elo de ligação que irá funcionar como consultor das partes e buscar os pontos fortes, fracos, os constrangimentos e oportunidades que as partes têm de modo a se encontrar uma solução eficaz.

O papel a assumir pelo mediador será de pacificação de modo a que o contrato social seja cumprido pelas partes de acordo com as necessidades e interesses de classe, de forma a facilitar uma transformação social calma e concordada.

⁵⁶ idem

Este facilitador deverá assistir as partes seguindo os seguintes passos:

1. Estudo das partes em conflito para encontrar soluções menos violentas.
2. Procurar entender cada uma das partes isoladamente, i.é., debates privados.
3. Levar as partes a discutirem os seus diferendos.
4. Implementar o acordo.

Muitas vezes estes conflitos não são de fácil resolução, pois na sua maior parte estes são levados até ao grau mais extremo.

5.2. Instituições de Co - Gestão

Há muitos exemplos de co - gestão de recursos em várias partes do mundo, em alguns países da África (Moçambique⁵⁸, Zâmbia, Malawi), Europa (países da União Europeia), Ilhas Fidji , América (Costa Oeste dos Estados Unidos da América do Norte), e Ásia (Filipinas, Malásia, Tailândia, Indonésia e Japão). Estes estabeleceram mecanismos de gestão participativa (co-gestão) dos recursos marinhos. Neste caso, as decisões não são tomadas unicamente pelo topo, mas também por todos os que directa ou indirectamente utilizam estes recursos.

A Co-gestão dos recursos marinhos é um arranjo onde a responsabilidade da gestão dos recursos é partilhada pelo o governo e pelos grupos utilizadores. É considerada como solução para resolução dos problemas de sobre-exploração dos recursos⁵⁹.

Este sistema de eleição de comités reguladores em muitas partes da Europa teve sucessos.

Pois foram usados para *elaborar regulamentos sobre à localização e operação de*

⁵⁷ Idem: 153.

⁵⁸ Para o caso de Moçambique, Inhassoro é um dos poucos exemplos de co-gestão. É conhecido a nível mundial. Todos os pescadores conhecem a utilidade deste mecanismo de gestão desde o tempo pré - colonial. Há ainda alguns estudos relacionados no Norte de Moçambique.

⁵⁹ SUNDERLIN, W.D. et al, Fisheries Organizations and modes of Co-management: The Case of San Miguel Bay, Philippines, Human Organization, Vol. 56, n°56, 1997, Pp.333..

diferentes tipos de artes, a maneira na qual a pesca deve ser conduzida e o tempo em que a pesca deve ser praticada⁶⁰, i.é. a pesca obedece a épocas de pesca activa e época de defeso.

Este sistema de comités reguladores não serve somente para elaborar regulamentos, serve também em grande medida como um “*sistema de resolução de conflitos*”, pois estes são inevitáveis e sempre iminentes.

5.3. Co-gestão e Resolução de Conflitos em Vilanculos: Situação Geral

Existe em Vilanculos a Associação de Pescadores de Vilanculos, que tem por objectivo regular e gerir o sector pesqueiro. Dentro desta existe um Comité de Co-Gestão que funciona deficientemente, pois a maior parte dos pescadores que compõem este comité não têm nenhum poder na tomada de decisões dentro da Associação o que resulta em debilidade no funcionamento do sistema. Apesar do funcionamento deficiente, esta elabora os regulamentos e resolve os conflitos existentes.

5.3.1. Resolução de Conflitos Pelas Estruturas Tradicionais

Este tipo de resolução tem duas vertentes, onde encontramos a vertente aliada aos ritos tradicionais e a de resolução com base institucional.

1. **Mupacho:** é uma cerimónia dirigida por uma ancião em reunião com as partes em conflito onde este evoca os seus antepassados. Normalmente esta cerimónia tem lugar próximo do mar ou da área em conflito.

⁶⁰ HOLM, P.; BJØRN, H; RÅNES, S.A. Revisiting Lofoten: Co – Managing Fish, People or Conflicts? Paper presented to *European Science Fisheries Network* at the Lofoten Workshop: Fisheries Dependent Regions, Nyvaagar, 27 – 30 de Agosto de 1998, Norwegian College of Fishery Science, University of Tromsø, Noruega.



Este ancião deve ser uma pessoa bastante influente na região e de preferência ligado à área de pescas, pois deve conhecer os espíritos do mar e da terra.

Nesta cerimónia são também convidados os considerados grandes curandeiros para que estes apoiem espiritualmente o ancião na procura de paz.

A cerimónia caracteriza-se pela oferenda de **bassambilo** (farinha de milho branca misturada com água) através da qual o ancião apresenta o conflito existente entre as partes envolvidas e roga por uma bênção aos seus antepassados, depois é que se seguem as bebidas tradicionais como **nipa** (bebida tradicional com forte teor alcoólico), **cabhanga** ou **wucema**, (sura de palmeira brava), vinho ou cerveja, quando solicita ajuda para a resolução do conflito.

Nesta cerimónia é também servida a **vuswa** (massa preparada com farinha de milho), indispensável nas cerimónias tradicionais.

O **rapé** (tabaco tradicional muitas vezes usado por anciãos) também não deve faltar nestas cerimónias por ser uma dos produtos fortes de invocação dos espíritos.

São mortos também cabritos e galinhas, e não se dispensa o peixe que é o centro da discórdia.

Todos estes produtos são deitados na terra onde se encontram segundo eles, *os espíritos dos nossos antepassados*. Com estas doações, o mediador, ancião, e as partes em conflito acreditam que terão uma bênção e os seus conflitos serão resolvidos.

Para o caso de Inhassoro, o processo de resolução de conflitos é feito a partir de certos mecanismos tradicionais onde as tradicionais famílias *manga* ou *Dzivane* a quem todos os

pescadores se dirigem e pedem a sua benção, onde os espíritos protectores qualificados, aliados ou ancestrais, os quais são venerados em forma de culto⁶¹.

O que pudemos encontrar foram pescadores influentes com poderes de *pachar* em qualquer cerimónia ligada á pesca como é o caso dos *Dzivanés e Mufumes*. Constatamos porém que não foi mencionado nenhum caso de resolução de conflitos por via destes actos que são comuns em Inhassoro, apesar de algumas vezes se recorrerem aos curandeiros.

Este *mupacho* é geralmente solicitado pela comissão de pescadores locais e é feito em casos de difícil resolução.

5.3.2. Resolução Pelo Secretário e Associação Local de Pescadores

Depois de identificado o problema, este é apresentada ao secretário local ou mesmo á Associação dos Pescadores, procura-se resolver o procuram resolver entre si sem que este seja levado ao mais alto nível do Distrito. Há casos em que é necessário formar uma Comissão para resolver o conflito.

Como exemplo temos o caso do conflito entre os pescadores de Vilanculos e o PNB, em que houve a necessidade por parte da APV de criar uma comissão para resolver a questão, tendo esta servido de ponte e em grande medida de solução para o problema.

⁶¹ Lopes, S. "*Crenças Mágico Religiosas Ligadas á Pesca de Pequena Escala*" Trabalho de Diploma, Licenciatura e História, UEM, 1994.

5.3.3. Resolução Pela DELMAR

Quando o secretário ou a Associação não conseguem resolver o assunto transfere para a autoridade máxima que é o Delegado Marítimo, pois este é a instância última que toma todas as medidas previstas por lei de modo a corrigir a situação enfrentada pelos pescadores.

Muitas vezes a DELMAR não consegue resolver os conflitos existentes entre os pescadores, por um lado por falta de meios.

Segundo o Delegado Marítimo:

“Nós não temos meios para a resolução de problemas aqui na nossa área. Os meios a que eu me refiro são materiais tais como barcos e instrumentos de medição de redes, pois a nossa tarefa é velar pela área marítima. Em termos legais temos as leis que são aplicadas aos infractores, o que faz com que muitos deles fujam do nosso controle. Em princípio todas as áreas de pesca deviam entrarr em defeso, o que acontece é que os pescadores não estão interessados e como resultado temos a sobreexploração dos recursos pesqueiros”⁶².

Referiu ainda que:

“nós, juntamente com a APV, tentamos fazer um plano de defeso nesta área, mas os pescadores se negaram a cumprir. Daí que formamos comissões de controle, as quais devem fazer cumprir os regulamentos de defeso a todos os pescadores de arrasto e mergulhadores. Esta decisão é que fez com que o conflito acendesse entre nós”⁶³

Muitas vezes os conflitos dão-se em pleno mar, i.é, dão-se entre pescadores locais e pescadores vindos de fora com barcos bastante sofisticados dizimando maior parte dos recursos existentes. Quando a queixa é remetida á ADMAR, esta não consegue resolver o problema porque não têm meios para se delocarem até ao local, tendo muitas vezes que usar os meios dos pescadores lesados.

⁶² Momade Zainadine, Delegado Marítimo de Vilanculos.

CAP. VI.: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo de caso de Vilanculos, observamos que existem múltiplos conflitos e quais as lógicas de surgimento e resolução de conflitos. Verificou-se que a falta de organização institucional levou a que irrompesse uma vaga de conflitos em que quase todos estão envolvidos.

Vilanculos tem um forte potencial pesqueiro, mas necessita ainda de um forte aparato de controle pesqueiro, que englobe todas as autoridades de tutela desde o Governo às autoridades tradicionais de modo que se crie um ambiente menos conflituoso nas relações dentro do sector, em que todas as actividades e decisões sejam coordenadas.

No caso em estudo encontrámos um grande número de conflitos, mas um número bastante reduzido de facilitadores, pois as entidades que seriam facilitadoras estão também numa situação de conflito umas com as outras, e quando estas tentam resolver os problemas a que lhes cabe a facilitação resolvem de forma aparente, mas os conflitos persistem dada a fragilidade dos próprios intermediários.

O que acontece, é que não estão claramente determinadas as condições de exploração dos recursos, daí a desigualdade e fraca gestão na exploração dos recursos marinhos.

Um outro factor que se pode encontrar neste conflito é a grande mobilidade populacional que se notou durante a fase da guerra, pois existem zonas que não foram muito afectadas pela guerra, onde as populações se fixaram. Finda a guerra, muitos dos deslocados permaneceram definitivamente nos seus locais de refúgio, daí que olharam para a pesca como um recurso para a sua sobrevivência, uma vez a agricultura ser praticada em pequena escala ou então fora de Vilanculos.

⁶³ Ibid.

Um dos maiores aspectos negativos que se constatou foi a falta de uma estruturação madura do sector pesqueiro, pois existem muitos intervenientes que agem sem coordenação, o que faz com que os pescadores não cumpram com as regras.

Falta coordenação por parte das autoridades marinhas criando-se uma situação em que todos querem uma parte sem olharem para a limitação real dos recursos no terreno.

Para uma melhor gestão do sector pesqueiro e dos conflitos nele existentes, é necessário que as estruturas competentes procurem alargar mais a sua coordenação com os pescadores, com as comissões de gestão as associações dos pescadores de Inhassoro e Vilanculos, com o Parque Nacional de Bazaruto (PNB) bem como com o Grupo de Trabalho Ambiental de Inhassoro.

Um facto positivo foi a intervenção do PNB como protector dos recursos que estão na sua área de controle, modelo este que deveria ser seguido pelas entidades responsáveis bem como pelos pescadores e a população de Vilanculos no geral.

A co-gestão seria um modelo sugestivo para Vilanculos, á semelhança do que acontece em Inhassoro para a eliminação das querelas existentes no sector pesqueiro , bem como para a mitigação da sobre exploração dos recursos pesqueiros. Este sistema serve também de método participativo na elaboração de regulamentos pelos pescadores, uma vez que eles conhecem o dia a dia do seu trabalho e o ambiente em que o executam.

Consequentemente estarão a participar directamente na protecção do ambiente ecológico.

As instituições criadas pelos próprios pescadores podem ser um grande veículo de regulamentação deste sector a curto prazo, desde o momento que este se encontre organizado e os seus membros as assumam de facto.

Modelos externos de gestão poderão ser um grande impulsionador, mas não taxativamente imitados. Podem ser adoptados á realidade existente no terreno. Para tal é necessário um exercício de pesquisa bastante grande.

Em relação à resolução de conflitos, pela análise bibliográfica realizada, constatou-se que muitas vezes por não existir no seio dos pescadores um sistema de controle e gestão de conflitos, o Estado é que deve assumir o papel de intermediário, tanto na condução das partes em conflito até se chegar a um acordo, bem como no concernente ao estabelecimento de leis que evitem essas situações.

A legislação aparece como uma base em que os pescadores se podem apoiar, pois esta obriga a que todas as entidades envolvidas se preocupem com o assunto e posteriormente criem no seio dos pescadores núcleos ou comissões de resolução de conflitos, tornando-se o pescador um actor participativo na resolução dos problemas que o enfermam.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

1. Fontes de Arquivo

FUNDO DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE. Secretaria Geral. Administração Civil. Relatórios do Distrito de Mucoque.

2. Obras Sobre a Pesca e Inhambane

ANDERSEN, V.S. *Mozambique Quality Control and Fish Inspection Organization*, a Report Prepared for the Marine Fishery Training and Development Project, Roma, 1982.

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº8, 1990.[Número especial sobre Inhambane].

CASSEL, E.C. *Report of a Socio-Economic Survey of the Artisanal Fisheries Along the Atlantic Coast in The Gambia*, DIPA/IDAF, 1991.

CORREIA, A.; ENOSSE, C. *Gestão Comunitária e Conservação dos Recursos no Parque Nacional de Bazaruto*. I Conferência Nacional Sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo 11 – 13 de Novembro de 1998

DONATO, J.; LOPES, R. *Programa de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Mar Aberto*, IDPPE, Maputo, data.

DUTTON, P.T. *Plano Director de Conservação Para o Desenvolvimento a Longo Prazo no Arquipélago de Bazaruto*, MICOA, 1989/90.

ENOSSE, C. *Breves Notas Sobre os Aspectos Sócio - Económicos do Arquipélago de Bazaruto*, Paper apresentado no workshop do SINERGA, Inhassoro, 1996.

GERVÁSIO, H. BUKALI, F. *O Papel da Mulher na Comercialização de Pescado no Sul de Moçambique: Breve Estudo Sobre Relações de Género nos Circuitos de Comercialização de Pescado: Casos de Maputo, Inhambane e Gaza*, Maputo, 1997.

HERMELE, K. *The Fishery Sector in Mozambique*, MONAP, Maputo, 1984.

IDPPE/IIP. *Co - Management of Fisheries in Inhassoro, Inhambane Province, Moçambique: A Case Study*, 1995.

IDPPE. *Comercialização e Distribuição do Pescado na Província da Zambézia*, Maputo, 1995.

IDPPE/IDPPE – ANGOCHE/IIP, *From Non-Management Towards Co-Management: a Case Study on Artisanal Fisheries in Angoche District, Nampula Province, Moçambique*, Maputo, 1997.

IDPPE, *Pesca Artesanal em Moçambique: Breve Informe Sobre Evolução, Situação e Perspectivas*, Maputo, 1998.

IDPPE/IIP. *Programa de Co-Gestão de Pescarias Artesanais: O Caso da Baía do Maputo, Versão Final*, Maputo, 1998.

IDPPE. *Recenseamento da Pesca Artesanal dos Distritos de Inhassoro e Vilanculos na Província de Inhambane*, Relatório Preliminar, 1998.

JOHNES, V. *Artisanal Fishermen and Intermediaries in Mozambique*. In: Fisheries Development, Small Scale Fisheries in Africa, s/ref.

LOPES, M.E.S.A.M. *Inhassoso e Bartolomeu Dias: As Actividades da População e a Organização do Espaço*, IICM, Lourenço Marques, 1975.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCAS/IDPPE. *A Gestão dos Recursos Pesqueiros com Participação Comunitária e os Conflitos entre Diferentes Utilizadores: O Caso da Zona Costeira da Zambézia*, Maputo, 1999.

NIELSEN, J.R. *Compliance and Legitimacy in Danish Fisheries Management: An Analytical Framework*, JFM, Dinamarca, 1998.

RAMSAY, S.A. *Bazaruto Archipelago: Community Conservation Program Z.A. 243,1*, 1993.

SANTANA AFONSO, P. *Actividade Pesqueira na Região de Inhassoro*, MICOA, S/d.

SEN, S; NIELSEN, J.R. *Fisheries Co – Management: A Comparative Analysis*. In: Marine Policy, Vol. 20, nº 5, 1996.

SEQUEIRA, A.M. *Vilanculos*. In: A. Rita – Ferreira, Separata do “*Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*”, Vol. 2, Lourenço Marques, 1933.

SUNDERLIN, W.D.; GOROSPE, MLG. *Fishers Organization and Modes of Co – Management: The Case of San Miguel Bay, Philippines*. In: Human Organization, Vol. 56, nº3, 1997.

TVEDEN, I. *SIDA'S Strategy for Rural Development and Small Scale Fisheries: Some Notes on Socio – economic Determinants and Their Methodological Implication*, Department of Social Anthropology, University of Stockolm, Stockolm, 1986.

WIEFELS,R.C. *Estudo Para a Exportação de Produtos de Alto Valor Comercial na Região Sul de Moçambique*, Ministère de la Cooperation et du Development/COFREPECHE, France, 1993.

3. Teses

FALCÃO, R.M.M. *Análise Sócio – Económica da Pesca de Pequena Escala da Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso*, Diploma de Bacharelato em Economia, Univesidade de Hull, 1993.

LOPES, S. *Crenças Mágico Religiosas Ligadass á Pesca de Pequena Escala de Inhassoro: Um Estudo de Caso*, Tese, Maputo, UEM, 1994.

4. Obras Sobre Resolução de Conflitos

GODWIN Jr, M.C. *Crisis in The Worlds Fisheries: People Problems and Policies*, Califómia, 1990.

HOCKER, J.L.; WILMOT, W.W. *Interpersonal Conflict*, University of Montana, 4ª Edição, 1995.

HOLM, P.; HERSOUG, B; RÅNES, S.A. *Revisiting Lofoten: Co-Management Fish, People or Conflicts?* Paper apresentado à Rede Europeia de Ciências Sociais Pesqueiras no Workshop Lofoten, Tromsø, Noruega, 1998.

LEDERACH, J.P. *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Society*, United States Institute of Peace Press, Washington, DC, 1997.

MATHEW, S. *Fishing Legislation and Gear Conflict in Coastal Waters: A Case Study of Selected Asian Countries*, SAMUDRA, nº1, 1990.

SANDOLE, D.J.D.; MERWE, H.V.D. (eds.) *Conflict Resolution Theory and Practice: Integration and Application*, Manchester University Press, 1993.

TOURNOW, K; WATE, P; SIVELBERG, D. *Approaches to Decision Making and Conflict Resolution for Natural Resources and Land Use Issues: A Handbook for Land Use Planners, Resources Managers and Resource Management Councils*, 1996.

FONTES ORAIS:

A. PESCADORES:

1. Afonso Manuensa – Presidente do Comité de Co – Gestão da APV – 28.07.99
2. Agostinho Mufume – 27.07.99
3. Alexandre Johane – 27.07.99
4. Alfredo Sebastião - 27.08.99.
5. Arone – 27.07.99
6. Azarias Gustavo – 30.07.99
7. Changa Afo Vilanculos – 30.07.99
8. Davide Lange – Presidente da APV – 3.08.99
9. Faftibe Zibane – 4.08.99
10. Faz Bem Quipisse Nhamirre – Membro Fundador da APV – 3.08.99
11. Fernando Chulele – 27.07.99
12. Gustavo Virado – 4.08.99
13. Gustavo – 4.08.99.
14. Herculano Catine – 4 08.99
15. Joaquim Arnaldo – 6.08.99
16. João Luís – 6.08.99
17. João Ricardo Manuensa - 6.08.99

18. Julião Sebastião – 7.08.99
19. Lourenço Castigo Vilanculos – 7.08.99
20. Luís António Vilanculos –7.08.99
21. Lourenço – 7.08.99
22. Maria José – 7.08.99
23. Marringane – 08.08.99
24. Miguel Jojo – 7.08.99
25. Moisés – 7.08.99
26. Passado Quipisse Nhamirre –10.08.99
27. Pedro Davide – vice Presidente da APV – 9.08.99
28. Queixado Inácio - 9.08.99
29. Rui Filipe – 9.08.99
30. Seu Wing – 9.08.99

B. VENDEDORES

1. Anita Agostinho – vendedora de peixe vinda da Maxixe – 10.08.99
2. Alexandre Bernardo – vendedor de peixe de Massinga – 10.08.99
3. Daniel Albasine – vendedor de peixe de Vilanculos – 10.08.99
4. Cecília – vendedora de peixe de Vilanculos – 11.08.99
5. Fiel Vilanculos – vendedor de peixe na Beira – 11.08.99
6. Helena Luciano – vendedora de peixe de Vilanculos – 11.08.99
7. Maria – vendedora de peixe de Vilanculos – 11.08.99
8. Marta – vendedora de peixe de Vilanculos – 11.08.99

9. Mateus Mandlaze – vendedor de peixe de Vilanculos – 11.08.99

10. Professor Castigo – 12.08.99

11. Professor Jorge – 12.08.99

12. Tamara Elias – 13.08.99

13. Virgínia Rafael – 13.08.99

C. INSTITUIÇÕES

1. António Mapuri – Administrador do Distrito de Vilanculos – 17.08.99

2. Agostinho Mufume – Guarda fiscal do PNB – 21.08.99

3. Castigo Alberti Zivane – Fiscal Chefe do PNB - 21.08.99

4. Célia Enosse – Assistente Social do PNB - 21.08.99

5. Justino Alexandre – Técnico Florestal da Direcção Distrital de Agricultura e Pescas de Inhassoro – 16.08.99

6. Licucu – Presidente da ANAVIL – 17.08.99

7. Lucas Vilanculos – Director da Agricultura e Pescas.

8. Matias Vilanculos – Director Comercial da Pérola de Vilanculos – 13.08.99

9. Momade Zainadine – Delegado Marítimo dos Distritos de Vilanculos e Inhassoro 13.08.99.

10. Paul Soressen – Director da Pérola de Vilanculos – 13.08.99

11. Palzina – Directora Distrital da Indústria, Comércio e Turismo de Vilanculos – 18.08.99

12. Santiago da Cruz – Administrador Adjunto responsável pela área de Fiscalização do PNB afecto em Benguerra – 23. 08.99.

13. Sulemane Amuji, Presidente do Concelho Municipal de Vilanculos, 17.08.99.

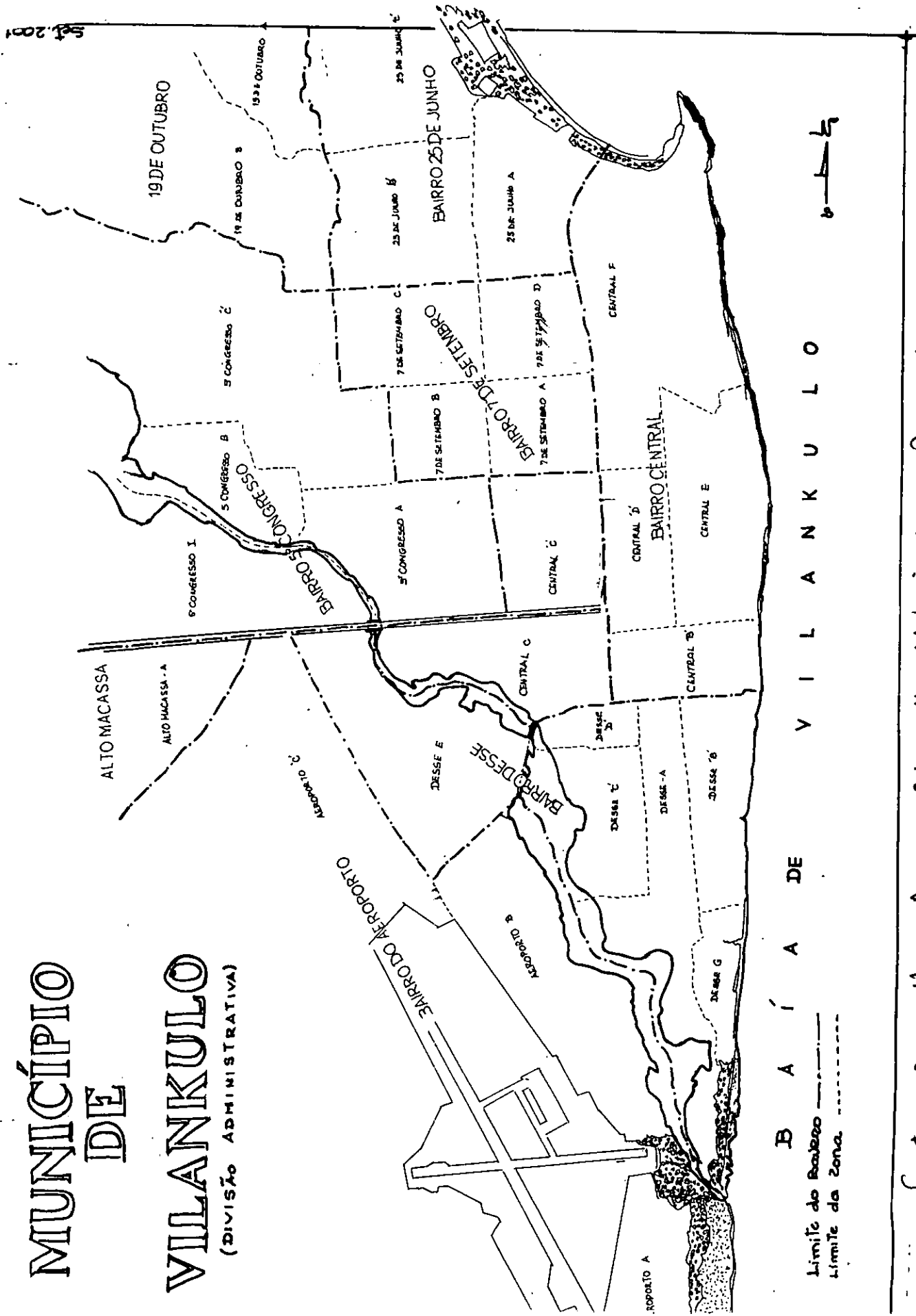
14. Valgy Givá - Administrador Marítimo Adjunto de Inhambane – 30.08.99.

Mapa do Município de Vilankulos

MUNICÍPIO DE VILANKULO

(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

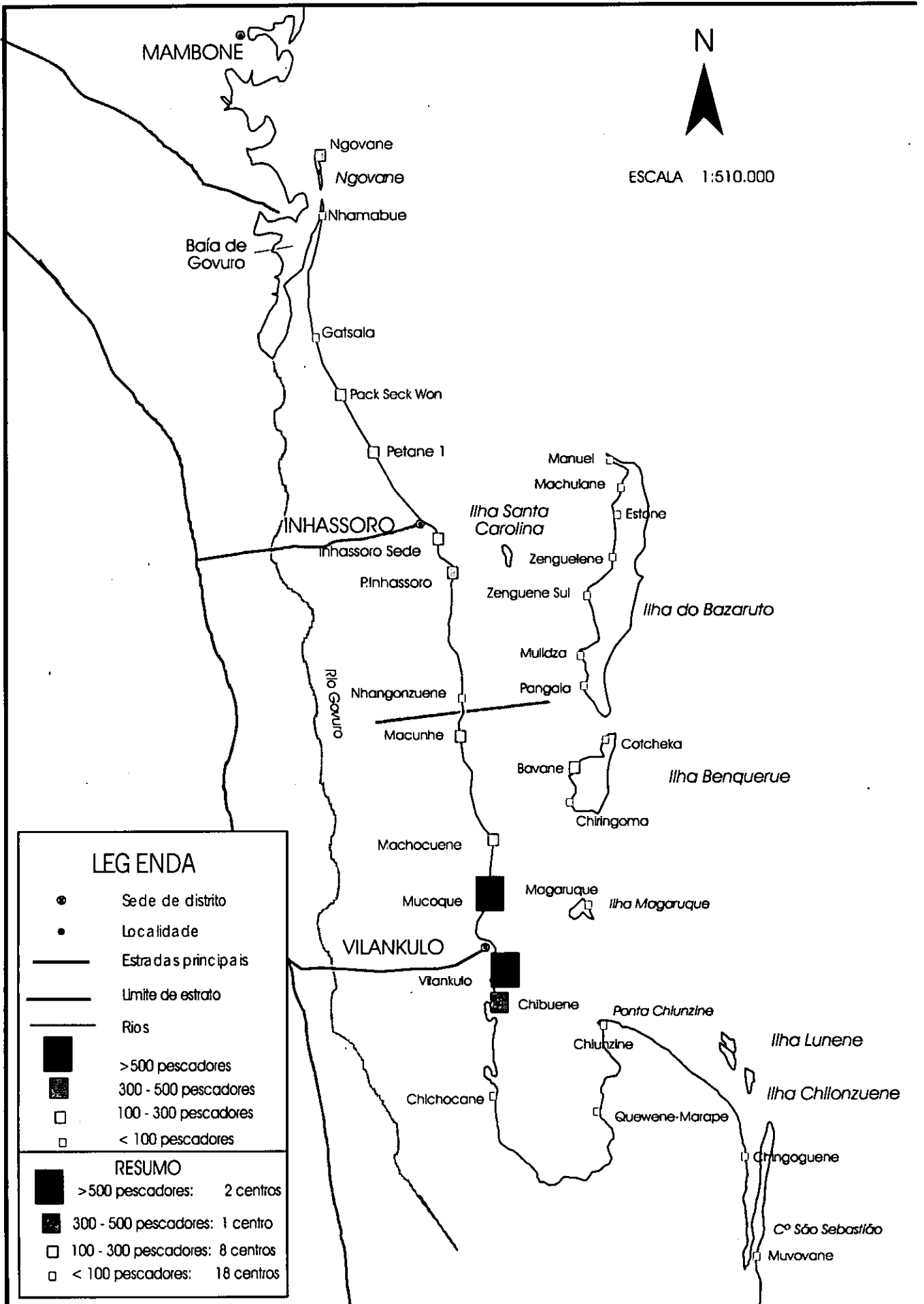
S
M



B A Í A DE V I L A N K U L O

Limite do Bairro
Limite da Zona

Fonte: Conselho Municipal de Vilankulo (Dembele)



LEGENDA

- Sede de distrito
- Localidade
- Estradas principais
- Limite de estrato
- Rios
- >500 pescadores
- 300 - 500 pescadores
- 100 - 300 pescadores
- < 100 pescadores

RESUMO

- >500 pescadores: 2 centros
- 300 - 500 pescadores: 1 centro
- 100 - 300 pescadores: 8 centros
- < 100 pescadores: 18 centros



ESCALA 1:510.000

MAMBONE

Ngovane
Ngovane
Nhamabue

Baía de Govuro

Gatsala
Pack Seck Wan
Petane 1

INHASSORO

Inhassoro Sede
Pinhassoro

Rio Govuro

Nhangonzuene
Macunhe

Machocuene
Mucoque

VILANKULO

Vilankulo
Chibuene

Chichocane

Manuel
Machulane
Estane

Ilha Santa Carolina

Zenguelene
Zenguene Sul

Ilha do Bazaruto

Muldza
Pangala

Cotcheka

Bovane

Ilha Benquerue

Chiringoma

Magaruque
Ilha Magaruque

Ponta Chinzine

Chinzine

Ilha Lunene

Ilha Chilonzuene

Quewene-Marape

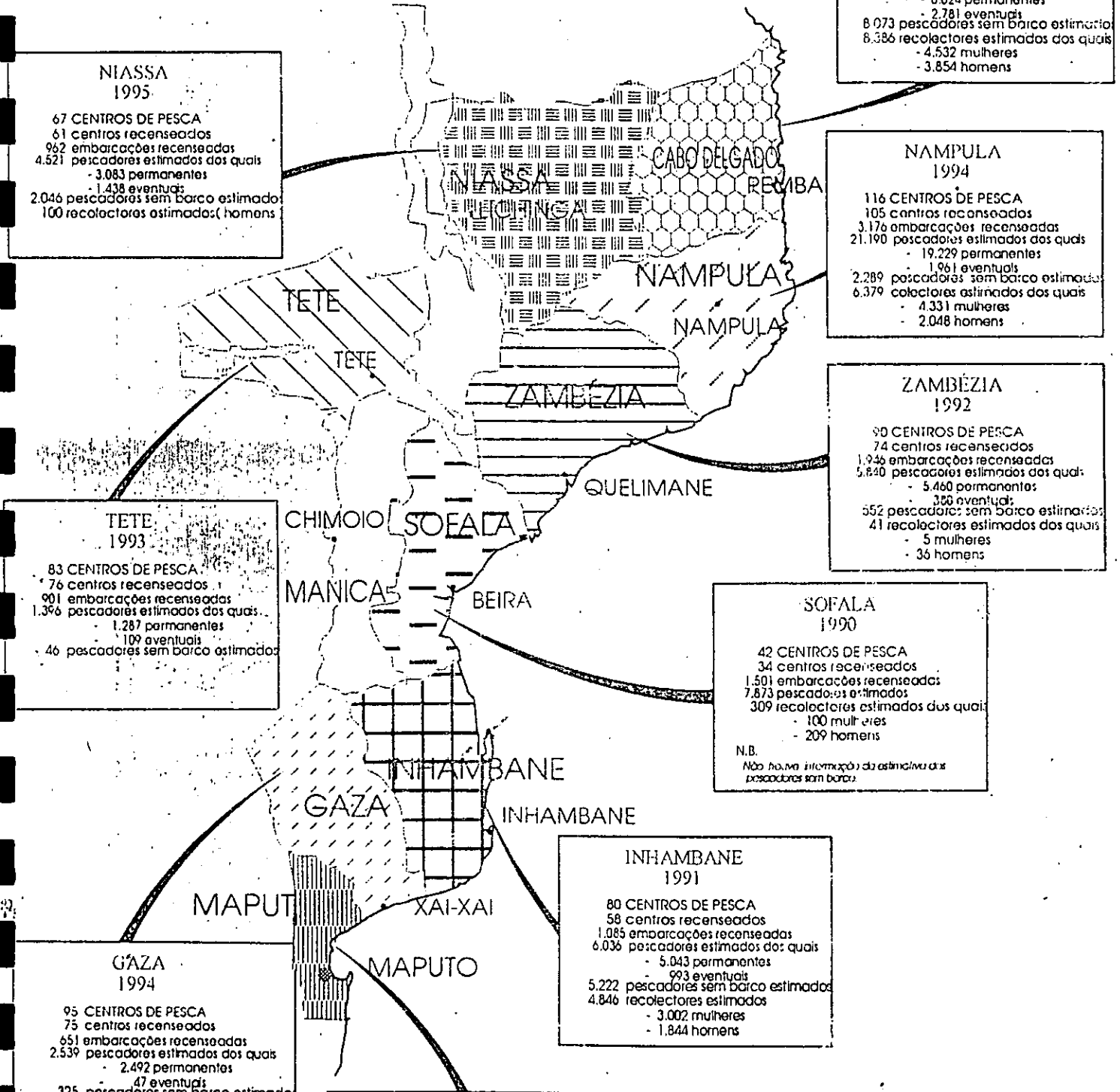
Chingoguene

C^o São Sebastião

Muvovane



RECENSEAMENTOS DA PESCA ARTESANAL



CABO DELGADO
1995

139 CENTROS DE PESCA
136 centros recenseados
2.035 embarcações recenseadas
9.405 pescadores estimados dos quais
- 6.624 permanentes
- 2.781 eventuais
8.073 pescadores sem barco estimado
8.386 recolectores estimados dos quais
- 4.532 mulheres
- 3.854 homens

NIASSA
1995

67 CENTROS DE PESCA
61 centros recenseados
962 embarcações recenseadas
4.521 pescadores estimados dos quais
- 3.083 permanentes
- 1.438 eventuais
2.046 pescadores sem barco estimado
100 recolectores estimados (homens)

NAMPULA
1994

116 CENTROS DE PESCA
105 centros recenseados
3.176 embarcações recenseadas
21.190 pescadores estimados dos quais
- 19.229 permanentes
- 1.961 eventuais
2.289 pescadores sem barco estimado
6.379 recolectores estimados dos quais
- 4.331 mulheres
- 2.048 homens

ZAMBÉZIA
1992

90 CENTROS DE PESCA
74 centros recenseados
1.946 embarcações recenseadas
5.840 pescadores estimados dos quais
- 5.460 permanentes
- 380 eventuais
552 pescadores sem barco estimado
41 recolectores estimados dos quais
- 5 mulheres
- 36 homens

TETE
1993

83 CENTROS DE PESCA
76 centros recenseados
901 embarcações recenseadas
1.396 pescadores estimados dos quais
- 1.287 permanentes
- 109 eventuais
46 pescadores sem barco estimado

SOFALA
1990

42 CENTROS DE PESCA
34 centros recenseados
1.501 embarcações recenseadas
7.873 pescadores estimados
309 recolectores estimados dos quais
- 100 mulheres
- 209 homens

N.B.
Não houve informação da estimativa dos pescadores sem barco.

INHAMBANE
1991

80 CENTROS DE PESCA
58 centros recenseados
1.085 embarcações recenseadas
6.036 pescadores estimados dos quais
- 5.043 permanentes
- 993 eventuais
5.222 pescadores sem barco estimado
4.846 recolectores estimados
- 3.002 mulheres
- 1.844 homens

GAZA
1994

95 CENTROS DE PESCA
75 centros recenseados
651 embarcações recenseadas
2.539 pescadores estimados dos quais
- 2.492 permanentes
- 47 eventuais
325 pescadores sem barco estimado
29 recolectores estimados dos quais
- 20 mulheres
- 9 homens

MAPUTO
1995

75 CENTROS DE PESCA
57 centros recenseados
2.237 embarcações recenseadas
- 1.836 permanentes
- 399 eventuais
2.323 pescadores sem barco estimado
2.633 recolectores estimados dos quais
- 2.183 mulheres
- 450 homens

RESUMO
CENSOS DA PESCA ARTESANAL 1990 - 1995

Centros de pesca	767
Centros recenseados	676
Número de embarcações recenseadas	12.740
Número de pescadores estimados	61.087
Pescadores sem barco estimados	20.876
Recolectores estimados	22.723